

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	56
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	58
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	59
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	63
10.8 - Plano de Negócios	64
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Política de Gestão de Riscos, aprovada em dezembro de 2018, com última atualização em 14 de julho de 2020.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas em operação no Brasil, quanto à identificação, análise e respostas aos principais riscos que possam afetar o negócio, estabelecendo controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação e proteção de valor.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa ameaçar a consecução de seus objetivos estratégicos, em especial, porém não limitados, aos riscos e fatores de riscos destacados nas seções 4.1 e 4.2 do presente Formulário de Referência.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia, em linha com as melhores práticas de mercado em gerenciamento de riscos, adota instrumentos de monitoramento e controle de riscos e práticas de aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos, os quais são devidamente monitorados, testados e atualizados, objetivando endereçar respostas aos riscos identificados, através de aplicação e/ou aprimoramento de controles mitigatórios.

O modelo de gerenciamento de riscos da Companhia contempla 3 linhas de defesa e está estruturado de forma que a primeira linha de defesa seja a responsável por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pela Companhia, de modo que detém a responsabilidade primária e gerencia diretamente os riscos, identificando, avaliando, tratando, prevenindo e monitorando seus riscos de forma integrada, a segunda linha de defesa refere-se às áreas que realizam o gerenciamento de riscos que facilite e monitore a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional e auxilie os proprietários dos riscos a definir suas metas de exposição ao risco e a reportar adequadamente informações relacionadas aos riscos em toda a organização. Por fim, a terceira linha de defesa realiza avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos.

A Companhia também compartilha parte de seus riscos através de terceirização de riscos e/ou contratação de seguros, a fim de diminuir a probabilidade de ocorrência de seus riscos e/ou minimizar os impactos ao negócio caso se materializem.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos.

O compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia é responsabilidade de todos os seus colaboradores, sendo estes responsáveis também pelo gerenciamento de seus riscos e, com base nessa premissa, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de gestão e governança corporativa, de acordo com o conceito das 3 linhas de defesa do “*Institute of Internal Auditors – IIA*”, conforme imagem abaixo:



Fonte: Declarações de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA): As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Dessa forma, nos termos da Política de Gestão de Riscos, a Companhia realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, dos Comitês, de Auditoria e de Finanças, Investimentos e Riscos, dos Diretores, inclusive o Diretor Presidente e da sua estrutura de governança corporativa (Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna), bem como envolve as divisões de negócios e gestores responsáveis pelas áreas e demais colaboradores.

Compete ao Conselho de Administração:

- estabelecer a cultura de Gestão de Risco na Companhia, definindo o tom através de seu exemplo, participação ativa, patrocínio e incentivo;
- aprovar as diretrizes estratégicas da Gestão de Riscos da Companhia, formalizadas através da presente Política, assim como suas eventuais alterações e/ou revisões;
- supervisionar, com auxílio do Comitê de Auditoria, a estrutura e o processo de Gestão de Riscos da Companhia, assim como sua efetividade, e monitorar periodicamente os níveis de exposição aos riscos referentes as iniciativas estratégicas; e
- assegurar a adequação da estrutura destinada ao gerenciamento de riscos na

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), compatível com seu tamanho e complexidade.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- supervisionar os processos de análise e respostas aos riscos e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles;
- analisar, monitorar e informar ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados no processo de Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis;
- avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- aprovar e monitorar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos e garantir a relevância da Auditoria Interna no processo de Gestão de Riscos; e
- apoiar a Alta Administração no entendimento e mapeamento de seus riscos estratégicos.

Compete ao Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos:

- elaborar e recomendar a aprovação das políticas de finanças da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação;
- analisar periodicamente o orçamento, os resultados mensais, trimestrais e anuais, o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração;
- analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da Companhia e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- sugerir parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e recomendar as políticas a serem utilizadas;
- avaliar o fluxo de caixa, balanço e resultados da Companhia frente a volatilidade de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, assim como propor acompanhar e atualizar, quando necessário, medidas de proteção para os respectivos riscos financeiros;
- zelar pela exatidão e suficiência das demonstrações financeiras e informações relacionadas divulgadas ao mercado, às propostas de investimentos e financiamentos;
- acompanhar o desenvolvimento dos indicadores financeiros e patrimoniais da Companhia;
- estabelecer diretrizes e princípios relativos ao desenvolvimento sustentável, valorizando seu patrimônio e otimizando o retorno sobre o investimento a longo prazo;
- analisar e emitir recomendações sobre propostas relacionadas à gestão fiscal e tributação;
- analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas, bem como acompanhar quaisquer operações e negociações;
- acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

no mercado brasileiro, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido;

- mapear, mensurar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, bem como definir parâmetros e níveis de aceitação de risco, recomendando estratégias para mitigação, em consonância com a Política de Gestão Riscos da Companhia;
- estabelecer parâmetros e limites para sistemas de controles internos e riscos da Companhia, propondo melhorias quando necessário;
- assegurar a operacionalização dos processos, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio;
- revisar e acompanhar as pautas internas e planos de ação relacionados à temas suscitados pelas discussões do Comitê de Auditoria;
- emitir pareceres para suporte do Conselho de Administração em assuntos relacionados à *funding*, investimentos, custo de capital e estrutura de capital em operações financeiras;
- acompanhar os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração durante a sua execução, apontando desvios significativos sobre o orçamento original e seus impactos, segundo limites previamente definidos;
- analisar e acompanhar a execução de investimentos, incluindo Capex, nos termos das diretrizes previamente estabelecidas e por meio de comparação do montante orçado e realizado e do retorno dos projetos relevantes;
- avaliar, propor premissas e acompanhar desenvolvimento e impactos relacionados a investimentos considerando métodos como TIR, *payback* e outros indicadores de retorno e avaliação de investimentos que se fizerem necessários para melhor assessoria ao Conselho de Administração;
- definir diretrizes da matriz de alçadas para atuação dos gestores da Companhia;
- formular, recomendar a criação e/ou a atualização dos normativos internos e políticas de assuntos correlatos ao escopo do Comitê; e
- proceder a estudos, análises e propostas, a respeito de temas sob a alçada do Comitê e quando requeridos pelo Conselho de Administração.

Compete à Alta Administração (refere-se ao mais alto nível de gerenciamento da organização, composto pelos seus Diretores, incluído o Diretor Presidente):

- promover a cultura de Gestão de Riscos na Companhia, através da implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado e integrado aos objetivos estratégicos do negócio;
- estabelecer as diretrizes estratégicas de Gestão de Riscos da Companhia, assim como seu processo de formalização e os limites aceitáveis de sua exposição ao risco;
- em conjunto com a área de Gestão de Riscos, identificar e avaliar os riscos estratégicos, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;
- analisar, monitorar e informar sobre os processos de avaliação e resposta aos riscos operacionais e auxiliar à Gestão Operacional (1ª Linha de Defesa) na avaliação e priorização de seus riscos; e
- estabelecer a estrutura destinada ao processo de gerenciamento de riscos (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), bem como coordenar, auxiliar e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

monitorar sua implementação.

No tocante à 1ª Linha de Defesa, compete:

- avaliar continuamente a aplicabilidade dos temas de gerenciamento de riscos às atividades sob sua responsabilidade;
- implementar e executar controles efetivos de prevenção e de mitigação, garantir adequada definição e execução dos planos de ação e estabelecer ações corretivas para a melhoria contínua da Gestão de Riscos;
- implantar e executar, de forma proativa, quaisquer ações de mitigação ou de eliminação que julgar necessário, de transferência ou de compartilhamento ou de rejeição dos riscos de nível inaceitável;
- assegurar a conformidade com regulamentações, políticas e/ou normas (internas e/ou externas); e
- atender as diretrizes, padrões técnicos e de gestão mínimos definidos pela 2ª Linhas de Defesa.

No tocante à 2ª Linha de Defesa, compete:

- disseminar a cultura de gestão e prevenção de riscos na organização, através do apoio e troca de conhecimentos e informações, bem como implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos;
- identificar, analisar e avaliar junto à Alta Administração os riscos estratégicos e, em conjunto com ela, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;
- desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos e a infraestrutura para a gestão integrada de riscos;
- suportar o trabalho das demais linhas de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação para o gerenciamento e prevenção de riscos;
- suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio e a divulgação externa de informações oficiais referentes à Gestão de Riscos;
- reportar nas reuniões do Comitê de Auditoria sobre o processo de gerenciamento e resposta aos principais riscos, considerando a situação dos controles e planos de ação de riscos estratégicos;
- consolidar as deliberações do Comitê de Auditoria para encaminhamento à Alta Administração, bem como acompanhar a conclusão das recomendações, cabendo às demais áreas da 2ª Linha de Defesa avaliar a efetividade das mesmas, quando aplicável.

No tocante à 3ª Linha de Defesa, compete:

- como dito no item “b” acima, refere-se à área de Auditoria Interna, que desempenha avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos. O escopo dessa avaliação é reportado à Alta Administração, Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (através do Comitê de Auditoria).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da política adotada.**

A Companhia dispõe de estruturas para implementação, monitoramento e supervisão de aplicação de sua Política de Gestão de Riscos, assim como do ambiente de controles internos e demais mecanismo de proteção associadas à operacionalização da Política. Conforme o exposto no item “b”, a Auditoria Interna, como 3ª linha de defesa, é responsável pela avaliação independente da efetividade da estrutura operacional e ambiente controles internos adotados pela Companhia para o gerenciamento de seus riscos, em linha com as diretrizes de sua Política. Ademais, Auditores Independentes também avaliam o ambiente de controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria, de caráter permanente e estatutário, na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, nos termos de seu Regimento Interno, também avalia e supervisiona a efetividade dos sistemas de controles internos e mecanismo de proteção adotados pela Companhia para operacionalização e cumprimento de sua Política de Gestão de Riscos.

A Companhia acredita que o seu ambiente de controles internos e demais mecanismos de proteção adotados, sem prejuízo de eventuais oportunidades de melhoria, tem se mostrado eficiente na gestão dos riscos, uma vez que, nos últimos anos, não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, tanto pelo Auditor Independente, quanto pela Auditoria Interna e demais estruturas internas de controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui uma Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de julho de 2021, que, dentre outras atribuições, estabelece as diretrizes e níveis de exposição para gerenciamento de seus riscos de mercado e financeiros. A Companhia também adota uma Política de Gestão de Riscos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, a qual visa estabelecer os princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades no gerenciamento de seus riscos, incluindo riscos financeiros e de mercado, além de padronizar os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos – vide seção 5.1 deste Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia dispõe de órgãos internos de mitigações e controle de riscos, como Comitês de Auditoria e de Finanças, Investimentos e Riscos, geridos por regimentos próprios, além das estruturas internas de Gestão de Riscos e Controles Internos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Atualmente, a Companhia, através de sua Diretoria Financeira e mediante recomendação do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, em linha com o Regimento Interno do referido Comitê e com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, busca proteção para variações das taxas de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, especialmente em dólar, relacionados às *commodities* utilizadas em seus processos produtivos, bem como eventuais oscilações de taxas de juros, crédito e liquidez, conforme informado na seção 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. Estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia adota como prática evitar sua exposição às flutuações de moeda e juros em suas respectivas operações, como estratégia de proteção patrimonial e, sempre que possível, buscando fontes de financiamento denominadas nas moedas funcionais de suas respectivas operações, atreladas a taxas de juros pré-fixadas. As operações em moeda estrangeiras, comumente realizadas em dólares norte-americanos, adota-se como estratégia o fechamento do câmbio na data da transação (mercado *spot* de câmbio) ou contratação de derivativos, conforme aplicável, como forma de reduzir suas exposições ao risco de flutuação nas taxas de câmbio.

A Companhia adota também a prática de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados à “Certificados de Depósitos Interbancários – CDI” ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

assemelhados em cada um de seus respectivos mercados, com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente *hedge* financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Política Financeira da Companhia determina limites que devem ser observados no gerenciamento de seus riscos financeiros e de mercado, abaixo segue os limites relacionados à proteção patrimonial.

A Companhia eventualmente contrata operações de derivativos / *hedge* financeiro com o propósito de neutralizar os efeitos da sua exposição cambial nas operações de importações e exportações de produtos, e deve fazer os ajustes necessários a fim de manter seu objetivo de neutralidade de exposição. A exposição líquida da Companhia deve sempre permanecer em níveis que a Companhia entende que são níveis confortáveis para sua operação. Os endividamentos são feitos respeitando as moedas funcionais de cada país de forma a não haver exposição financeira à nível de entidade.

A seleção dos indexadores e taxas de juros o qual a disponibilidade será investida deverá ser coerente à exposição já incorrida pela Companhia na sua dívida de curto prazo quanto aos mesmos indexadores e taxa de juros. Tal critério visa minimizar o custo de carregamento do passivo da Companhia.

A Companhia deve buscar a mitigação dos riscos de commodities através do repasse da variação para o preço de seus produtos finais. O Comitê poderá aprovar a execução de estratégias para proteção de preço das commodities, através da utilização de mecanismos de fixação de preço ("hedge").

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos ao de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

gerenciamento de riscos, incluindo os riscos financeiros e de mercado, tal como descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência.

A estrutura de gestão de riscos, no tocante aos riscos financeiros e de mercado, é suportada pelas estruturas de Gestão de Riscos e Controles Internos e assessorada pela Alta Administração, em especial pela Diretoria Financeira, e pelo Conselho de Administração, através do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos. A Auditoria Interna, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria complementam e supervisionam essa estrutura organizacional de gerenciamento e controle.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura responsável pela avaliação do atendimento aos parâmetros e estratégias adotadas pela Companhia para gestão de seus riscos financeiros e de mercado é a mesma que foi apresentada na Seção 5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, a Companhia adota uma visão integrada de gestão de riscos.

A adequação da estrutura operacional e de controles adotada pela Companhia para mitigação de seus riscos financeiros e de mercado e a efetividade de suas Políticas de Gestão de Riscos e Financeira, é avaliada e validada pela Auditoria Interna e por Auditores Independentes.

Ademais, essa adequação e efetividade é supervisionada pelo Conselho de Administração e pelos seus comitês de assessoramento, o Comitê de Finanças Investimentos e Riscos e Comitê de Auditoria, sendo esse de caráter permanente e estatutário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia estrutura, implementa e monitora controles internos e demais mecanismo de proteção com o objetivo de garantir de forma razoável a confiabilidade das informações financeiras divulgadas ao mercado, através de suas demonstrações financeiras.

O ambiente de controles é construído com base em normas legais, estatutárias e regulatórias aplicáveis, e visa mitigar os riscos associados ao processo de elaboração e divulgação de informações financeiras, como riscos de reputação e imagem, conformidade, financeiros, contábeis e fiscais. Ademais, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia acredita que o ambiente de controles, sem prejuízo de eventuais oportunidades de melhoria, tem se mostrado eficiente na gestão dos riscos associadas a elaboração e reporte de informações financeiras, uma vez que, nos últimos anos, não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, tanto pelo Auditor Independente, quanto pela Auditoria Interna e demais estruturas internas de controle. No entanto, segue aprimorando de maneira contínua seu ambiente de controles internos, através de validações independentes de auditores e avaliações internas de seus ambientes de riscos e controles internos pelas suas estruturas de gestão e governança (1ª e 2ª linha de defesa), como execução de avaliações de riscos e testes de controles.

Cabe ressaltar que o ambiente de controles internos sobre as demonstrações financeiras pode não prevenir ou detectar erros e fraudes, devido às suas limitações inerentes. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de estruturas organizacionais, que, dentre outras responsabilidades, avaliam os riscos associados as demonstrações financeiras e implementam controles internos e demais mecanismo de proteção, a fim de manter os riscos dentro de níveis aceitáveis e de garantir uma confiabilidade razoável das informações financeiras divulgadas ao mercado.

A estruturação, implementação e monitoramento desse ambiente de controles é de responsabilidade das estruturas organizacionais envolvidas no processo (1ª Linha de Defesa), como as áreas de Contabilidade, Controladoria, Finanças e Relações com

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Investidores (RI). A área de Gestão de Riscos e Controles Internos oferece suporte técnico as demais áreas na estruturação e implementação de seus controles internos e demais mecanismo de proteção, além de monitorar e avaliar o ambiente de controles, através de testes em “controles-chaves”.

A efetividade do ambiente de controles e a confiabilidade das demonstrações financeiras é avaliada por Auditores Independentes. A Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal também monitoram as demonstrações financeiras.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência do ambiente de controles internos associados aos processos de elaboração e divulgação de informações financeiras ao mercado é supervisionada pelo Diretor de Finanças, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, através das avaliações realizadas pelas estruturas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, tem como competência “avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração”, nos termos de seu Regimento Interno.

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Financeiro, dentre as suas funções, coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, enquanto o Conselho Fiscal também deve analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst &Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), Auditores Independentes da Companhia, realizou o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e, se aplicável, fornecer recomendações para o aprimoramento do ambiente de controles internos da Companhia.

Como resultado dessa avaliação foi apresentado um relatório de deficiências, recomendações e oportunidades de melhoria sobre os controles internos (Relatório de Recomendações), e não foram reportadas deficiências significativas de controles internos ou fraquezas materiais, sendo as fragilidades associadas ao ambiente de controles internos da Companhia avaliadas pelo Auditor Independente quanto à probabilidade e à possível magnitude de distorções que podem surgir nas demonstrações contábeis e concluídas como deficiências de controles ou oportunidades de melhoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Relatório de Recomendações foi apresentado e discutido pelo Auditor Independente junto à Administração, a qual elaborou planos de ação para mitigação das deficiências e oportunidades de melhoria reportadas pela EY. As deficiências e oportunidades de melhoria associadas ao ambiente de controles internos da Companhia apontadas pelo Auditor Independente, assim como o detalhamento dos planos de ação elaborados pela Administração para saná-las, podem ser consultadas através de consulta ao “Relatório de Recomendações” emitido pelo Auditor Independente, disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foi reportada deficiências significativas de controles internos ou fraquezas materiais no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2022 e, para todas as demais deficiências reportadas, a Administração da Companhia desenvolveu planos de ação que serão monitorados constantemente pela própria Administração, pelo Comitê de Auditoria e pelo Auditor Independente.

As deficiências e oportunidades de melhoria associadas ao ambiente de controles internos da Companhia apontadas pelo Auditor Independente, assim como o detalhamento dos planos de ação elaborados pela Administração para saná-las, podem ser consultadas através de consulta ao “Relatório de Recomendações” emitido pelo Auditor Independente, disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A companhia se compromete em implementar as ações corretivas se de melhoria ao longo do seu exercício social, logo, no máximo, espera que os planos de ação elaborados para mitigar os riscos e deficiências apontados pelo Auditor Independente sejam implementados até 28 de fevereiro de 2023.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Desde o ano social de 2020, a Camil está implementando o seu Programa de Integridade que abrange um conjunto de diretrizes e procedimentos de integridade, incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva do Código de Ética. O Programa de Integridade Camil busca prevenir, detectar e remediar atitudes em desacordo com as políticas, procedimentos e leis vigentes, fortalecendo o ambiente de trabalho pautado na ética, transparência e responsabilidade.

O Programa de Integridade está estruturado em 6 pilares, que são: (i) Estrutura da Área e Comprometimento da Alta Administração; (ii) Análise de Riscos; (iii) Políticas e Procedimentos; (iv) Treinamento e Comunicação; (v) Canal de Denúncias e Medidas de Remediação; (vi) Controles e Monitoramento Contínuo.

Dentre os procedimentos do Programa de Integridade estão:

- O Código de Ética, com última atualização em 2019, é um guia definido em conformidade com as leis aplicáveis e que estabelece os direitos, deveres básicos e padrões de conduta ética de todos os colaboradores, terceiros, parceiros de negócios, acionistas e membros dos Comitês e Conselho de Administração da Camil.
- Política Anticorrupção e Antissuborno, que foi atualizada em janeiro de 2022, estabelece as diretrizes gerais sobre práticas de combate ao suborno e à corrupção, em atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13.
- Política de Brindes, Presentes, Refeições, Entretenimentos e Hospitalidades, publicada em janeiro de 2022, define as diretrizes gerais sobre aceite e oferta de brindes, presentes, entretenimentos e hospitalidades, bem como as regras para participação dos colaboradores em refeições de negócios.
- Política de Gestão de Conflito de Interesses, publicada em janeiro de 2022, estabelece as diretrizes gerais para identificação, declaração e resolução de conflitos de interesses.
- Política de Doações e Patrocínios, publicada em maio de 2021, define as premissas e alçadas de aprovação para a condução de doações e patrocínios em conformidade com o Código de Ética, leis aplicáveis e em linha com as estratégias de investimento social e de posicionamento das marcas da Camil.
- Declaração de Conformidade à Legislação e Ética, documento que resume as diretrizes e condutas que a Camil espera de todos os seus terceiros (fornecedor,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

prestador de serviços ou parceiro de negócios), em linha com o Código de Ética e legislações aplicáveis.

- Política Global do Canal de Ética Camil, publicada em janeiro de 2022, traz orientações aos denunciantes e estabelece as diretrizes gerais sobre a recepção e investigação das denúncias recebidas via Canal de Ética Camil, reforçando o compromisso da companhia na proteção contra retaliação dos denunciantes movidos pela boa-fé.
- Procedimento de Investigação de Denúncias, atualizado em maio de 2021, define processo de registro e investigação de denúncias do Canal de Ética da Camil e os princípios para condução das investigações, em atendimento à LGPD.

A Camil possibilita a comunicação de possíveis violações dos documentos acima mencionados e demais políticas e leis aplicáveis por meio do seu Canal de Ética.

Adicionalmente, durante o ano social de 2021, a área de *Compliance* conduziu um *Risk Assessment* de *Compliance* com foco nos riscos de corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e práticas anticoncorrenciais. O trabalho foi realizado por meio da análise documental e entrevista de executivos, com suporte de consultoria externa. Como resultado, foram identificados os riscos e definidas ações para mitigação de tais riscos.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia dispõe de estruturas organizacionais de gerenciamento e monitoramento dos riscos de *compliance*, assim como dos mecanismos de proteção e de controles internos adotados para sua mitigação. A estrutura é composta pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e *Compliance*, e se reportam funcionalmente ao Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, a fim de manter sua independência.

A estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos, dentre outros temas, é responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia, incluindo os associados aos temas de *compliance* e integridade. A Auditoria Interna é responsável pela avaliação independente dos mecanismos de proteção e controles internos adotados pela Companhia para gerenciamento de seus riscos, incluindo os relevantes para o Programa de Integridade.

A Área de *Compliance* tem o objetivo de disseminar e fortalecer a cultura de ética, transparência e responsabilidade em toda Companhia por meio do seu Programa de Integridade, e também atua na detecção e remediação de situações em desconformidade com as diretrizes do programa, por meio do seu Canal de Ética. A estrutura foi criada ao final do ano social 2020, tendo seu Programa de Integridade aprovado formalmente pelo Conselho de Administração neste mesmo período. A área de *Compliance* reporta ao Comitê Operacional de Ética os casos de descumprimento do Código de Ética, assim como as políticas e procedimentos do Programa de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Integridade, sendo esse comitê formado pelas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Gente & Gestão e Presidência da Camil.

O Comitê de Auditoria, conforme rol de atribuições estipulados em seu Regimento Interno, supervisiona a eficácia dos procedimentos internos do Programa de Integridade da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de ESG e Ética, outro comitê de assessoramento do Conselho de Administração, também delibera, acompanha e sugere melhorias nos processos de implementação, disseminação e treinamentos relacionados aos mecanismos de proteção e controles internos relacionados ao Programa de Integridade da Companhia e gestão do Canal de Ética da Companhia.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias

A Camil espera que todos os seus fornecedores, terceiros, prestadores de serviços e demais pessoas com as quais se relaciona também atendam aos mesmos padrões de ética e integridade na condução dos seus negócios, para isso, disponibiliza seu Código de Ética no site da Companhia de forma que possa ser acessado e consultado por todas as pessoas.

Adicionalmente, a Companhia definiu uma Declaração de Conformidade à Legislação e Ética a ser assinada pelos terceiros (fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros de negócios) que pretendem estabelecer ou que já estabeleceram um relacionamento comercial com a Camil. A declaração resume as diretrizes e condutas que a Camil espera de todos os seus terceiros, em linha com o Código de Ética e legislações aplicáveis.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Desde o exercício social do ano de 2020, a Camil comunica amplamente o conteúdo e diretrizes do seu Código de Ética por meio da Campanha de Ética. Durante a campanha, a divulgação do Código de Ética ocorreu por meio de adesivos, e-mails corporativos, cartazes e móveis que permaneceram ao longo do exercício social de 2021.

Na Campanha de Ética, todos os diretores e conselheiros da Companhia receberam o Código de Ética e assinaram ao termo de aceite. Sempre que há o ingresso e nomeação de novos Diretores e Conselheiros, a Companhia entende necessário o treinamento dos referidos membros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para os novos colaboradores, a Camil orienta e capacita sobre o seu Código de Ética na integração dos novos funcionários que ocorre durante a fase de admissão. É realizada também a coleta do aceite dos colaboradores aos termos do código de ética. Para os colaboradores ativos e os colaboradores das empresas adquiridas pela Camil, os treinamentos são realizados de forma online, por meio da Academia Camil, ou em sala de aula, conduzido pela área de Gente & Gestão.

As políticas do Programa de Integridade foram disponibilizadas na intranet e no site de RI da Companhia e foram amplamente divulgadas aos colaboradores por e-mail e pelos murais das unidades produtivas.

Foram realizados treinamentos específicos sobre a Política de Doações e Patrocínios, para o público-alvo que conduz tais transações e treinamentos sobre técnicas de investigação de denúncias, para a área de *Compliance* e para o time de G&G que conduz as investigações de cunho comportamental.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Está previsto no Código de Ética, item “Sanções”, aplicação de medidas disciplinares no caso de descumprimento das diretrizes do Código ou qualquer outra norma a que a Companhia esteja sujeita. Nas políticas do Programa de Integridade, está definido no item “Disposições Gerais” que os colaboradores que violarem as referidas políticas, assim como as diretrizes do Código de Ética da Companhia, podem estar sujeitos a aplicação de medidas disciplinares de acordo com as políticas da Camil Alimentos S.A.

No caso de descumprimento do Código de Ética por fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviço, a Camil poderá seguir com a rescisão imediata do contrato por descumprimento da cláusula de atendimento ao Código de Ética contida no instrumento jurídico firmado com o referido terceiro.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2015, com última atualização em setembro de 2019. O documento pode ser consultado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/>) e no site institucional da Companhia, na seção de Ética e Transparência (<https://camilalimentos.com.br/sobre-a-camil/etica-e-transparencia>).

b. Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias intitulado Canal de Ética que está disponível a todas as pessoas que se relacionam com a Camil para relatos de possíveis violações ao Código de Ética, às leis aplicáveis e demais políticas e procedimentos da Companhia.

O canal é administrado por empresa terceirizada e independente. O processo estabelecido garante o anonimato para quando o denunciante não desejar se identificar, a proteção ao denunciante de boa-fé e a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia por meio de um número de protocolo. Conforme estabelecido no Código de Ética da Camil, retaliações também devem ser reportadas, pois caracterizam conduta inadequada e combatida pela Companhia.

O Canal de Ética está disponível 24 horas pelo site <https://www.canaldeetica.com.br/camilalimentos/> e e-mail: canal.etica@camil.com.br, ou no horário comercial pelo telefone 0800 770 2530.

As denúncias recebidas via Canal de Ética são analisadas e tratadas, conforme o caso, pelas Áreas de *Compliance* e Gente & Gestão, Comitê Operacional de Ética, Comitê de Auditoria e Comitê de ESG e Ética da Companhia.

Adicionalmente, a Política do Canal de Ética Camil também dispõe que a Companhia condena qualquer forma de retaliação contra denunciante motivados pela boa-fé, ainda que tais denúncias não possam ser comprovadas.

c. Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante as tratativas que envolvem possíveis operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária, a Companhia usualmente contrata assessores independentes com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado com vistas a obter uma visão global ou pontual, conforme o escopo e a natureza da operação, sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, e também sobre práticas adotadas pela sociedade em questão. Referidos processos de *due diligence* são importantes mecanismos de mapeamento e mitigação de eventuais riscos relacionados ou decorrentes de possíveis práticas irregulares perpetradas pelas partes envolvidas na operação com a Companhia.

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos.

Em relação ao último exercício social, findo em 28 de fevereiro de 2022, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, no entanto, há uma expectativa de aumento na exposição aos riscos financeiros e de mercado para os próximos exercícios, em decorrência das aquisições realizadas ao longo do exercício e um maior nível de incerteza associado aos cenários políticos e econômicos globais – as instabilidades políticas e ocorrência de conflitos armados, pode impactar de maneira adversa o cenário econômico mundial, com elevações de taxas de juros, câmbio, desemprego e inflação, e afetar a disponibilidade e preços de *commodities*, especialmente o petróleo.

A Guerra entre Rússia e Ucrânia, intensificada no início de 2022, provocou instabilidades e incertezas globais com relação a *commodities* e insumos, em especial com relação aos preços e oferta de trigo e fertilizantes, dado que os países respondem por parte relevantes de exportações de ambos, além do impacto global na cadeia de suprimentos e em custos logísticos decorrente do aumento do preço do petróleo – os russos são grandes produtores e exportadores de petróleo, especialmente para Ásia e Europa (a qual apresenta forte dependência do petróleo Russo).

As aquisições e incorporações de novos negócios, realizadas ao final do exercício, como Santa Amália e Café Bom Dia no Brasil e Silcom (Uruguai) e Dajahu (Equador) em Latam, altera os ambientes de riscos e controles internos da Companhia e apresentam incertezas estratégicas, reputacionais, financeiras, operacionais, de compliance e conformidade / legal, podendo representar novos riscos e fatores de riscos aos negócios (existentes e adquiridos) que, caso se materializem, afetaria de maneira adversa os resultados da Companhia, no entanto, as diligências realizadas antes, durante e depois do processo de aquisições e as política de gerenciamento de gestão de riscos adotadas pela companhia, até o momento, tem se mostrado eficiente na mitigação dos riscos envolvendo os processos de fusões e aquisições ("*Mergers and Acquisitions - M&A*").

Embora as operações da Companhia e suas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2022 não tenham sido afetadas de forma significativa pelos riscos citados, não há como prever a ocorrência de impactos futuros decorrentes das instabilidades e incertezas associadas as aquisições e integrações de novos negócios, as disponibilidades e preços de *commodities*, ao ambiente político e econômico global e o conflito armado em curso, uma vez que, que incertezas e riscos se relacionam com o futuro, o qual ninguém é capaz de prever com exatidão. Portanto, a Companhia segue com o monitoramento contínuo da atualização do cenário político-econômico global e das integrações de novos negócios realizadas ao longo do período, assim como dos demais riscos que podem afetar de maneira adversa seus objetivos estratégicos e resultados operacionais e financeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes*****Programas de Integridade e Privacidade***

No último exercício social, reforçando seu compromisso com a ética e integridade na condução de seus negócios e em linha com os seus valores, sobretudo os de confiança e responsabilidade, a Companhia lançou o seu Programa de Integridade, confirmando seu compromisso com um ambiente de trabalho transparente e responsável. Consulte o Item 5.4 deste Formulário de Referência, que versa sobre os mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia, para maiores informações.

A Companhia também expandiu e integrou o seu Canal de Ética para todos os países em que atua no último exercício social, além de intensificar a comunicação, divulgação e treinamento referentes aos seu Código de Ética.

A Companhia também dispõe de um Programa de Privacidade, implementado no exercício social de 2020, com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro para o tratamento dos dados pessoais sob sua responsabilidade, além de identificar, controlar e remediar os riscos associados ao tema e eventuais não-conformidades com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709/2018.

Em 2021, a Companhia concluiu a segunda fase do projeto de adequação à LGPD, publicando e comunicando amplamente ao longo do último exercício as políticas e diretrizes do Programa de Privacidades e realizando treinamentos para as áreas que atuam direta ou indiretamente com dados pessoais, além da elaboração de Relatórios de Impacto (RIPD) para as atividades críticas, do ponto de vista de tratamento de dados pessoais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários dos Diretores

Os dados financeiros são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2022 (“2021”), 28 de fevereiro de 2021 (“2020”) e 29 de fevereiro de 2020 (“2019”). Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas previstas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pela CVM e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Camil Alimentos acredita que, por meio de uma estratégia que permite a Companhia fortalecer sua posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul, a Companhia tem relevante potencial de crescimento e condições financeiras e patrimoniais suficientes, fruto de um modelo de negócios baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos e plataforma sólida de distribuição nas regiões onde opera ao longo da América Latina, aliado à gestão eficiente das operações.

A Camil concluiu o ano de 2021 com grandes conquistas que reforçam nosso posicionamento: somos uma multinacional de origem brasileira com uma das mais completas plataformas de produtos e marcas líderes no mercado de alimentos na América Latina. Atingimos uma receita bruta que registra a marca de R\$10 bilhões no ano, o dobro do nosso faturamento dos últimos cinco anos quando abrimos capital, registrando a nossa força de crescimento com ganho de escala e crescimento orgânico, aquisições estratégicas com marcas relevantes e sinergias operacionais importantes, além da execução de forma ágil na transformação empresarial para rápido crescimento e incorporação de sinergias em nossos negócios.

Entendemos que nosso modelo de negócios é um modelo defensivo na indústria de alimentos na América Latina. Mesmo diante de um ano com um cenário de custos e despesas elevados para a indústria, com alta do custo de aquisição de matéria-prima e demais insumos, além do cenário inflacionário no Brasil, as categorias que atuamos seguem uma dinâmica e tendência de repasse de preços ao consumidor, concretizado com sucesso no exercício de 2021. Além disso, registramos um crescimento em volumes de grãos no Brasil duas vezes maior que o CAGR histórico de crescimento da categoria. Em uma indústria com crescimento e consumo estável no país, potencializamos nossa execução e estratégia comercial na categoria, nos sobressaindo frente à concorrência e intensificando o crescimento da nossa marca premium Camil na categoria – que registrou crescimento de dois dígitos em volume no período, fruto do nosso foco em estratégias de cross-selling e mix de produtos de marcas com alto reconhecimento pelos consumidores.

Ao mesmo tempo que crescemos de forma orgânica, 2021 foi marcado para a Camil como o ano da expansão de categorias e mercados por meio de aquisições. Esperamos contemplar as sinergias e crescimento dos movimentos recentes realizados em nossos resultados a partir de 2022.

Primeiro anunciamos nossa entrada no mercado equatoriano de arroz, com a aquisição

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da Dajahu, líder no segmento com market share significativo e elevado potencial de crescimento no país. No internacional também concluímos, como evento subsequente, a aquisição da Silcom no Uruguai, entrando no mercado interno uruguaio com posição de relevância na categoria de produtos saudáveis no país, atendendo uma demanda crescente em hábitos de consumo.

No Brasil, anunciamos a aquisição da Santa Amália inaugurando nossa entrada no mercado de massas com a quarta maior empresa dessa categoria no país e liderança absoluta na região de Minas Gerais. Além das sinergias e posicionamento da Camil como entrante no setor de massas, a complementariedade geográfica de atuação em uma região com potencial de crescimento para a categoria de grãos da Camil no Brasil reforçam nossa alavanca de crescimento por meio de aquisições relevantes e estratégicas.

E por fim, estamos muito felizes de anunciar o início da nossa operação de café! Anunciamos no último ano a aquisição da marca Selete, Café Bom Dia e o lançamento do nosso Café União, entrando na categoria com uma das marcas mais tradicionais do Brasil, que ganhou a marca de alto renome em 2021, e possui prêmio de preço com liderança absoluta na categoria de açúcar refinado no Brasil. Por meio de um investimento na Café Bom Dia, empresa estrategicamente localizada em Varginha (Minas Gerais), ao redor da principal região produtora de café do país, nossos produtos começaram a chegar nas gôndolas, alavancando ainda mais nosso crescimento e sinergias como plataforma de alimentos de mercearia seca e alto giro no Brasil.

Os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados por epidemias, guerras, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o coronavírus (Covid-19). Eventuais eventos adversos podem ocorrer após a data de emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2021. Frente às dificuldades apresentadas da pandemia da Covid-19 nos últimos exercícios, a Companhia seguiu as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país, adaptando a rotina por meio da proteção e educação dos colaboradores contra as ameaças da doença. A Companhia continua operando com os cuidados recomendados e reafirma o compromisso com a segurança dos colaboradores, clientes e demais *stakeholders* das regiões onde atua na América do Sul.

Nos últimos três exercícios sociais, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido proveniente, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos. Embora acreditemos obter, nos últimos três exercícios sociais, níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter nossa liquidez, (ii) modernizar nossas plantas, e (iii) crescer orgânica e inorganicamente.

Em 2021, a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 3.263,7 milhões. Em 2020 e 2019, a dívida bruta era de R\$ 2.194,2 milhões e R\$ 1.602,2 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais índices			
Índice	2019	2020	2021
Liquidez Corrente	2,17	2,38	2,47
Dívida Líquida	1.032,2	1.079,3	1.633,7
Alavancagem	2,3	1,4	2,0

Os Diretores informam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuar com a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e/ou crescimento da economia e crises políticas dos países onde atuamos.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 2019, 2020 e 2021, era composta de 46,8%, 43,9% e 36,4% de capital próprio, e 53,2%, 56,1% e 63,6% de capital de terceiros, respectivamente. A participação do capital de terceiros é resultante da divisão do capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e passivo não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo ativo total (saldo do ativo total apresentado no balanço patrimonial). A predominância de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da nossa opção de financiar o nosso crescimento com capital de terceiros, de forma a maximizar o nosso valor, sendo tal capital relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f. abaixo.

Em 2019, 2020 e 2021, nosso patrimônio líquido totalizou, respectivamente, R\$2.294,4 milhões, R\$2.708,7 milhões e R\$2.879,0 milhões. Nas mesmas datas, nossa dívida líquida, calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante, menos a soma de (a) caixa e equivalentes à caixa; (b) aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante; e (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante, totalizou, respectivamente, R\$1.032,2 milhões, R\$1.079,3 milhões e R\$1.633,1 milhões.

Os Diretores da Companhia acreditam que a situação financeira da Companhia lhe permite honrar as obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

Os Diretores da Companhia acreditam que, nos últimos três exercícios sociais, a nossa estrutura de capital tem se mostrado adequada para fazer frente aos nossos investimentos e as nossas obrigações. Caso, no entanto, enfrentemos mudanças no nosso plano de crescimento ou em nossa capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em 2019, 2020 e 2021 nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 2,17, 2,38 e 2,47, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2020 e 2021 nosso EBITDA foi de R\$441,7 milhões, R\$787,0 milhões e R\$809,8 milhões, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Ademais, nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2020 e 2021, nossa alavancagem financeira, em termos de dívida líquida/EBITDA, foi de 2,3 vezes, 1,4 vezes e 2,0 vezes (considerando o EBITDA dos últimos 12 meses), respectivamente. Os Diretores acreditam que a Companhia possui sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos três últimos exercícios sociais e que continuará a suportá-la no futuro.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 28 de fevereiro de 2022 é o seguinte:

	Consolidado (R\$ milhares)
	2021 (Fevereiro/2022)
2023	605,3
2024	432,1
2025	755,6
2026	818,0
2027	18,6
2028 em diante	650,3
(-) Custo da transação	(16,1)
	3.263,7

Para os Diretores da Companhia, o endividamento apresentado é adequado às características dos negócios da Companhia. Os Diretores da Companhia não podem garantir, no entanto, que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendam ser necessário contrair empréstimos ou emitir títulos no mercado de capitais para financiar novos investimentos e aquisições, acreditam que, atualmente, a Companhia possui capacidade para realizá-los.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos, nossas necessidades

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para capital de giro e investimentos são financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa junto aos principais bancos comerciais no Brasil e estrangeiros.

Para atender aos compromissos do último exercício, decorrentes das necessidades de financiamento e das recentes aquisições anunciadas pela Companhia, concluímos a emissão de duas debêntures em maio e novembro de 2021 de R\$600,0 milhões e R\$650,0 milhões, respectivamente. Assim, os Diretores entendem que a Companhia apresenta sólida posição financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios e cumprir suas obrigações, podendo seguir com a utilização de novas emissões se necessário.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Não vislumbramos necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais possamos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, podemos optar por captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

Em 2021, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$3.263,7 milhões, dos quais R\$599,9 milhões, ou 18,4%, eram de curto prazo e R\$2.663,8 milhões, ou 81,6%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$662,5 milhões, ou 20,3%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

Em 2020, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$2.195,3 milhões, dos quais R\$682,1 milhões, ou 31,07%, eram de curto prazo e R\$1.513,1 milhões, ou 68,93%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$364,5 milhões, ou 16,6%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

Em 2019, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$1.602,3 milhões, dos quais R\$560,0 milhões, ou 34,95%, eram de curto prazo e R\$1.042,3 milhões, ou 65,05%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$183,4 milhões, ou 11,4%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes****Empréstimos e Financiamentos**BRASIL – Camil Alimentos S.A.Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 3110212 BANCO BRADESCO S/A. Em 14/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidiu juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 3,25% aa e não houve exigência de garantia. Esta cédula estava programada para vencer em 14/04/2021 e quitada no vencimento.

Cédula de Crédito Bancário nº 101120040006500 BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A. Em 13/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidiu juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 3,25% aa e não houve exigência de garantia. Esta cédula estava programada para vencer em 16/04/2021 e quitada antecipadamente em 08/10/2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00651-4 BANCO DO BRASIL S/A. Em 17/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 150 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidiu juros remuneratórios equivalentes a 6,60% aa e não houve exigência de garantia. Esta cédula estava programada para vencer em 17/04/2021 e quitada antecipadamente em 01/10/2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 191.300.850 BANCO DO BRASIL S/A. Em 01/10/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa e não há exigência de garantia. Os pagamentos desta cédula serão em três parcelas anuais de igual valor a partir de 10/10/2023.

Cédula de Crédito Bancário nº 000270103120 BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. Em 27/03/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 100 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidiu juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 4,35% aa e não houve exigência de garantia. Esta cédula estava programada para vencer em 26/03/2021. Em 30/09/2020 foi celebrado o 1º aditamento a esta cédula, nas seguintes condições: juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa. Os pagamentos desta cédula serão em três parcelas anuais de igual valor a partir de 18/09/2023.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

5ª Emissão de Debêntures. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 402.255 debêntures, sendo 213.905 debêntures na primeira série e 188.350 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$402,3 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série incidiu juros remuneratórios equivalentes a 99% da Taxa DI, e sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidiu juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI. A emissão não foi garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estavam programadas para vencer em 12 de dezembro de 2019 e quitadas nesta data, já as debêntures da segunda série estavam programadas para vencer em 12 de dezembro de 2020 e quitadas nesta data. Esta emissão foi realizada para lastrear às 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 13 de dezembro de 2016.

6ª Emissão de Debêntures. Em 19 de maio de 2017, a Companhia realizou sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 405.000 debêntures, sendo 238.020 debêntures na primeira série e 166.980 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$405,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidiu juros remuneratórios equivalentes a 97% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidiu juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não foi garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estavam programadas para vencer em 20 de julho de 2020 e quitadas nesta data, já as debêntures da segunda série estavam programadas para vencer em 19 de julho de 2021 e quitadas nesta data. Esta emissão foi realizada para lastrear às 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 18 de julho de 2017.

7ª Emissão de Debêntures. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 168.050 debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$168,050 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures incidiu juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não foi garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estavam programadas para vencer em 17 de dezembro de 2021 e quitadas nesta data. Esta emissão foi realizada para lastrear às 137ª (centésima trigésima sétima) série da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 15 de dezembro de 2017.

8ª Emissão de Debêntures. Em 16 de abril de 2019, a Companhia realizou sua oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

9ª Emissão de Debêntures. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou sua nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 350.000 debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$ 350 milhões, destinados a aquisição de arroz “in-natura” no volume de R\$ 200 milhões e reforço de capital de giro no volume de 150 milhões. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em duas parcelas iguais e anuais a partir de 30 de setembro de 2024.

10ª Emissão de Debêntures. Em 05 de maio de 2021, a Companhia realizou sua décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$ 600 milhões, destinados exclusivamente para reforço de capital de giro. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,70% aa. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em 06 de maio de 2024.

11ª Emissão de Debêntures. Em 30 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua décima primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 650.000, sendo 150.000 debêntures na primeira série e 500.000 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$ 650 milhões. A destinação dos valores da primeira série será para construção e instalação de planta de cogeração de energia elétrica a partir de biomassa de modo a viabilizar ações de gestão sustentável dos recursos naturais (“Programa de Investimentos Verdes”), já os recursos referentes a segunda série serão destinados exclusivamente para reforço de capital de giro. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,55% aa. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em duas parcelas iguais e anuais a partir de 01 de novembro de 2027.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**CHILE**

Em 2021, a Companhia mantinha um empréstimo e financiamento com instituições financeiras chilenas no valor total de principal de CLP\$25.414 milhões pesos chilenos. Esse empréstimo é composto por uma dívida de curto prazo equivalente a CLP\$5.969 milhões, e uma dívida de longo prazo de CLP\$19.444 milhões, ambos com pagamento em frequência semestral. Incidem juros 3,95% base ano, para empréstimo de longo e curto prazo. Esse empréstimo é garantido por fiança da Companhia.

URUGUAI

Em 2021, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias firmados por sua subsidiária SOCIEDAD ANONIMA MOLINOS ARROCEROS NACIONALES ("SAMAN"), no valor total do principal acrescido de juros curto prazo de US\$ 21.4 milhões para financiar capital de giro, leasing e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam de 1 % a 1.5 %. Esses empréstimos são garantidos por hipotecas, penhor de máquinas, sacas de arroz e fiança da empresa-mãe.

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Tais empréstimos incluem covenants, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.R.O.U, B.B.V.A., Citibank, Itaú e Santander.

PERU

Em 2021, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor do principal de milhões de sóis peruanos S/89. O pagamento de capital e juros é feito em uma única parcela mensal ou trimestral. A taxa de juros anual é de cerca de 1.85% para empréstimos de curto prazo e os juros anuais de 4,62%, 5.26% e 4,56% e 3% para empréstimos de longo prazo.

EQUADOR

Em 2021, a empresa tinha empréstimos e financiamentos com uma instituição financeira estrangeira no valor total de US\$ 48 milhões de dólares e com uma instituição financeira equatoriana no valor de US\$ 1 milhão de dólares. Esses empréstimos são dívidas de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

curto prazo com pagamento de capital e juros em uma única parcela. Para as duas operações de crédito que temos no exterior, a taxa anual é de 1,65% e 2,09% e para o empréstimo nacional, a taxa anual é de 4,75%. Esses empréstimos são garantidos pela empresa.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. A seguir, demonstramos os tipos de obrigações e as respectivas garantias, em milhões de reais:

Exercício social (2021)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a 1 ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a 5 anos	Total
Financiamentos	Garantia Real	9,8	6,4	0,0	0,0	16,2
Debêntures	Quirografária	68,5	867,6	675,4	647,1	2.258,6
Empréstimos	Quirografária	521,6	309,0	158,0	0,3	989,0
Total		599,9	1.183,0	833,4	647,4	3.263,7

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

BRASIL

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento de índices financeiros; (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei.

Apesar das restrições acima descritas, não houve necessidade de a Companhia solicitar renúncias ao direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas e emissões de valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

As emissões de debêntures da Companhia também incluem cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("*covenants*"), tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

CHILE

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento ou atraso no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos; (ii) declaração de insolvência da Companhia; (iii) atraso na concessão da fiança da Companhia; e (iv) distribuição de dividendos em montante superior a 100% do lucro do período. Tais empréstimos incluem *covenants*, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

URUGUAI

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Durante o exercício de 2020 todos os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias foram liquidados. Para o exercício de 2021 no Uruguai não estaremos sujeitos aos requisitos descritos acima.

Tais empréstimos incluem *covenants*, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

PERU

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos ou de obrigações de pagamento perante outras instituições financeiras; (ii) caso as declarações ou documentos providenciados tenham sido imprecisos ou falsos; (iii) pedido ou começo de processo de insolvência; e (iv) disposições de patrimônio sem o prévio acordo da instituição financeira.

Adicionalmente, os empréstimos contratados com o Banco de Crédito del Peru possuem uma cláusula de vencimento antecipado se seus acionistas ou funcionários incorrem em atos de corrupção, suborno, práticas ilegais em benefício do cliente.

Os empréstimos contratados com Scotiabank o com Banco de Crédito possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a ocorrência de um evento que invalida o contrato, a fiança ou quaisquer documentos relacionados; (ii) perda de licenças, certificados, permissões ou autorizações ou o começo de qualquer processo que possa causar um efeito material adverso ou inadimplemento das obrigações da Companhia; e (iii) subordinação do empréstimo perante qualquer empréstimo ou financiamento posterior.

Os empréstimos com o Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a perda de propriedade intelectual que possa resultar no descumprimento das obrigações da Companhia; (ii) a perda do controle da Companhia; (iii) a condenação, expropriação ou nacionalização dos ativos ou operações da Companhia ou qualquer ato que afaste a administração da Companhia; (iv) falha no pagamento dos impostos ou apólices de seguro sobre as a garantia; e (v) a distribuição de dividendos ou a recompra de ações sem o prévio acordo do banco.

Tais empréstimos também incluem *covenants*, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

EQUADOR

Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras equatorianas geralmente possuem as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, entre outras: (i) inadimplência ou atraso no pagamento de qualquer obrigação destes contratos; (ii) garantia insuficiente para cobrir a obrigação principal ou se essa garantia for penhorada, penhorada ou penhorada por terceiros; (iii) julgamento por fraude, falência ou insolvência; e (iv) garantias oneradas com outra obrigação.

Os empréstimos contratados com o Citi Bank possuem cláusulas de vencimento antecipado como: (i) falta de pagamento de principal ou juros; (ii) declaração ou garantia falsa ou enganosa na ocasião; (iii) descumprimento de qualquer termo, compromisso ou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

acordo; e (iv) instauração de processo de falência ou insolvência.

Tais empréstimos incluem covenants, tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operações e relacionados à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Tipo de empréstimos	Moeda / Indexador	Taxa média anual 28/02/2022	Controladora		Consolidado	
			28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
Capital de giro						
Moeda nacional	CDI	2,70%	313.071	515.148	319.736	515.148
Moeda nacional	IPCA	4,00%	8.060	8.821	8.060	8.821
Moeda estrangeira (*)	USD	1,23%	15.476	42.008	379.326	42.009
Moeda estrangeira (**)	CLP	4,00%	-	-	163.232	191.721
Moeda estrangeira (***)	PEN	3,79%	-	-	119.923	130.768
FINAME (a)	PEN	4,43%	16.161	23.159	16.161	23.159
Custo da transação			(1.255)	(1.776)	(1.255)	(1.776)
			351.513	587.360	1.005.183	909.850
Debêntures - Garantia Quirografária (b)						
Emitida em 19/05/2017 - 2ª série (i)	CDI	98% CDI a.a.	-	167.310	-	167.310
Emitida em 15/12/2017 - Série única (ii)	CDI	98% CDI a.a.	-	168.629	-	168.629
Emitida em 16/04/2019 - 1ª série (iii)	CDI	98% CDI a.a.	279.805	273.342	279.805	273.342
Emitida em 16/04/2019 - 2ª série (iii)	CDI	101% CDI a.a.	338.799	330.736	338.799	330.736
Emitida em 29/09/2020 - Série única (iv)	CDI	100% CDI + 2,70%	365.708	356.050	365.708	356.050
Emitida em 05/05/2021 - Série única (v)		100% CDI + 1,70%	619.718	-	619.718	-
Emitida em 18/10/2021 - 1ª série (vi)		100% CDI + 1,55%	154.475	-	154.475	-
Emitida em 18/10/2021 - 2ª série (vi)		100% CDI + 1,55%	514.917	-	514.917	-
Custo da transação			(14.875)	(10.596)	(14.875)	(10.596)
			2.258.547	1.285.471	2.258.547	1.285.471
Circulante			108.427	609.801	599.910	682.135
Não circulante			2.501.633	1.263.030	2.663.820	1.513.186
			2.610.060	1.872.831	3.263.730	2.195.321
(*) USD - Dólar Americano						
(**) CLP - Pesos Chilenos						
(***) PEN - Novo Sol / Peru						

(*) USD - Dólar Americano
 (**) CLP - Pesos Chilenos
 (***) PEN - Novo Sol / Peru

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, brutas das amortizações do custo das transações, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2022	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2021
2022 (*)	-	614.164	-	686.498

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2023 (*)	113.837	9.791	605.320	81.925
2024	377.619	376.924	432.058	442.986
2025	703.929	278.756	755.562	324.063
2026	779.698	604.573	817.971	649.976
2027	769	995	18.611	22.245
Após 2028	650.338	-	650.338	-
Custo debêntures	(16.130)	(12.372)	(16.130)	(12.372)
	2.610.060	1.872.831	3.263.730	2.195.321

*As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos três exercícios sociais todas as nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com o Bradesco, BNDES, Citibank, Brasil e Santander, conforme descrito no item 10.1 (d) acima. Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras. No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.B.V.A., Citibank, HSBC, Itaú, Santander e D.E.G. Alemanha, no Chile, contamos com Banco de Chile, Itaú, Estado, e no Peru contamos com, Citibank, Scotiabank e BIF.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 2019, 2020 e 2021, bem como as respectivas notas explicativas.

As informações financeiras consolidadas constantes desta Seção foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 2019, 2020 e 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos exercícios sociais encerrados em 2019, 2020 e 2021, e foram elaborados de acordo (i) com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração de Resultado****Comparação entre os exercícios sociais de 2020 e 2021**

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2020		Exercício social de 2021		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	7.466,0	100,0	9.015,9	100,0	20,8
Custo das vendas e serviços	(5.805,0)	(77,8)	(7.237,7)	(80,3)	24,7
Lucro bruto	1.661,0	22,2	1.778,2	19,7	7,1
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas.....	(701)	(9)	(808)	(9)	15,2
Despesas gerais e administrativas	(361)	(5)	(443)	(5)	22,8
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(0)	-	(112,5)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	0	109	0	344,4
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	622,20	8,3	636,93	7,1	2,4
Despesas financeiras.....	(363,20)	(4,9)	(345,91)	(3,8)	(4,8)
Receitas financeiras.....	278,20	3,7	218,32	2,4	(21,5)
Resultado antes dos impostos	537,20	7,2	509,34	5,6	(5,2)
Imposto de renda e contribuição social	(74,50)	(1,0)	(30,62)	(0,3)	(58,9)
Lucro líquido do exercício	462,70	6,2	478,72	5,3	3,5

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 20,8%, de R\$7.466,0 milhões em 2020 para R\$9.015,9 milhões em 2021, em razão do crescimento da receita líquida de vendas e serviços tanto no Segmento Alimentício Brasil, quanto no Segmento Alimentício Internacional.

Segmento Alimentício Brasil. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 25,6%, de R\$5.354,4 milhões em 2020 para R\$6.725,7 milhões em 2021. O resultado foi impulsionado pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 807,4 mil tons no ano (aumento de 7,6% em relação ao exercício anterior). O resultado foi afetado pelo crescimento no volume das marcas principal e de ocupação.

O preço médio de aquisição da matéria-prima¹ atingiu R\$73,87/saca (diminuição de 7,7% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$3,78/kg (aumento de 3,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$3,32/kg no ano (aumento de 2,2% em relação ao exercício anterior).

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 115,6 mil toneladas no ano (aumento de 22,6% em relação ao exercício anterior). A Companhia foi bem-sucedida em suas vendas com crescimento no volume das marcas líder e de ocupação.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima², o preço médio de

¹ Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

² Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

feijão do mercado atingiu R\$259,71/saca (diminuição de 5,0% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$6,20/kg (aumento de 1,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$5,77/kg (aumento de 1,1% em relação ao exercício anterior).

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu 556,8 mil toneladas (aumento de 0,1% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pelo crescimento de vendas das marcas de ocupação no ano.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima³, o preço médio de açúcar do mercado atingiu R\$150,43/saca (aumento de 39,8% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$3,52/kg (aumento de 42,5% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$3,15/kg (aumento de 45,8% em relação ao exercício anterior).

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 32,7 mil toneladas no ano, diminuição de 10,6% em relação ao exercício anterior. O volume foi abaixo de esperado para vendas de sardinha, com dificuldade e consequente ruptura na originação de matéria-prima local e em países exportadores, parcialmente compensado pelo esforço de vendas da categoria de atum.

O preço bruto atingiu R\$27,39/kg (aumento de 18,9% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$21,49/kg (aumento de 17,3% em relação ao exercício anterior).

Massas: A Companhia inaugurou, em 2021, sua operação no segmento de massas, após a aquisição da Santa Amália, em outubro de 2021. Os resultados da Santa Amália passaram a ser consolidados nos demonstrativos da Companhia após a conclusão da aquisição, em 29/10/2021. O volume das vendas de massas atingiu 25,9 mil toneladas desde a conclusão da transação.

Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 8,5%, de R\$2.111,6 milhões em 2020 para R\$2.290,1 em 2021. Esse aumento foi impulsionado pelas operações do Uruguai, Chile, Peru e Equador, conforme detalhado abaixo:

Uruguai. O volume das vendas atingiu 443,1 mil toneladas no ano, diminuição de 12,2% no ano. O preço bruto em US\$ por tonelada atingiu 596,95 (aumento de 17,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$3,20/kg (aumento de 17,0% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/US\$) diminuiu em 0,8% em 2021 vs. 2020.

Chile. O volume das vendas atingiu 89,1 mil tons (aumento de 7,9% em relação ao exercício anterior) no ano. O preço bruto em CLP (peso chileno) por tonelada atingiu 1.157,55 (diminuição de 0,7% em relação ao exercício

³ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$8,09/kg (aumento de 1,7% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ CLP) diminuiu em -1,8% em 2020.

Peru. O volume das vendas atingiu 65,7 mil tons (diminuição de 27,2% em relação ao exercício anterior) no ano. O preço bruto em SOL (moeda peruana) por tonelada atingiu 5.306,29 (aumento de 12,6% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$7,43/kg (aumento de 8,0% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ SOL) diminuiu em 8,7% em 2020.

Equador. A Companhia inaugurou, em 2021, sua operação no Equador, após a aquisição da Agrorindustrias Dajahu S.A., em setembro de 2021. Os resultados da Dajahu passaram a ser consolidados nos demonstrativos da Companhia após a conclusão da aquisição, em 15/09/2021. O volume das vendas atingiu 28,9 mil toneladas desde a conclusão da transação.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R\$7,237,7 milhões (aumento de 24,7% em relação ao exercício anterior), ou 80,3% da receita líquida, principalmente, devido ao:

Segmento Alimentício Brasil: crescimento dos custos das vendas e serviços do Brasil, que atingiu R\$5.533,5 milhões (aumento de 30,0% em relação ao exercício anterior), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado de feijão (R\$264,19/saca; aumento de 4,0% em relação ao exercício anterior), açúcar (R\$132,17/saca; aumento de 47,5% em relação ao exercício anterior) e pescados.

Segmento Alimentício Internacional: crescimento dos custos das vendas e serviços do Internacional, que atingiu R\$1.704,2 milhões (aumento de 10,1% em relação ao exercício anterior), impulsionado pelo aumento de preços no período, e parcialmente compensado pelo impacto cambial e queda no volume de vendas em 2021.

Lucro Bruto

Como resultado do crescimento da receita líquida de vendas e serviços e do crescimento do custo das vendas e serviços, o lucro bruto atingiu R\$1.778,2 milhões (aumento de 7,1% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 19,7% (redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Brasil. O lucro bruto atingiu R\$1.192,2 milhões (aumento de 8,6% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 17,7% (redução de 2,8 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. O lucro bruto atingiu R\$585,9 milhões (aumento de 4,1% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 25,6% (redução de 1,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$1.250,7 milhões no ano (aumento de 17,8% em relação ao exercício anterior), equivalente a 13,9% da receita líquida (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ano. O crescimento no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Brasil (aumento de 22,9% em relação ao exercício anterior) em função do aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Internacional (aumento de 8,7% em relação ao exercício anterior), decorrente do crescimento das despesas com vendas e gerais e administrativas do ano e entrada no Equador.

Vale destacar que a redução da representatividade das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na receita líquida do ano (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto dos esforços realizados para redução de despesas e diluição das despesas com o aumento do faturamento da Companhia no exercício de 2021.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R\$807,5 milhões no ano (aumento de 15,2% em relação ao exercício anterior), ou 9,0% da receita líquida do ano (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), devido ao crescimento das despesas com vendas do Brasil (aumento de 20,1% em relação ao exercício anterior), e Internacional (aumento de 7,6% em relação ao exercício anterior).

As despesas com vendas do Brasil apresentaram aumento de 20,1% em relação ao exercício anterior, representando 7,6% da receita líquida do ano (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do aumento de despesas de fretes (+9,9%), custos de distribuição e comissões de vendas, com maior volume de vendas no período. As despesas com vendas do Internacional apresentaram aumento de 7,6% em relação ao exercício anterior, representando 12,9% da receita líquida do ano (redução de 0,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do aumento das despesas com vendas do Uruguai e pela entrada das despesas com vendas do Equador. O aumento foi parcialmente compensado pela redução de fretes no ano (-26,8%) com redução de volumes em 2021.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$443,2 milhões no ano (aumento de 22,8% em relação ao exercício anterior), ou 4,9% da receita líquida do ano (aumento de 0,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), principalmente devido ao crescimento das despesas do Brasil (aumento de 27,5% em relação ao exercício anterior) e das despesas do Internacional (aumento de 11,7% em relação ao exercício anterior).

As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 27,5% em relação ao exercício anterior, representando 4,8% da receita líquida do ano (aumento de 0,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). O crescimento se deu, principalmente, pelo aumento com despesas de serviços relacionados aos projetos de M&A e outros honorários. Destacamos que R\$11,4 milhões são referentes a despesas relacionadas às aquisições do período, incluindo assessorias, despesas jurídicas e custos de integração. O crescimento do período foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentou crescimento de 11,7% em relação ao exercício anterior, ou 5,3% da receita líquida do ano (aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

0,2 pontos percentuais) impulsionadas pelo crescimento das despesas com M&A e treinamentos no Uruguai e também pela entrada das despesas gerais e administrativas do Equador. Destacamos que R\$6,0 milhões são referentes a despesas relacionadas às aquisições no internacional do período, incluindo assessorias e despesas jurídicas.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$109,3 milhões no ano (vs. R\$24,6 milhões em 2020), decorrente de efeitos não recorrentes no total de R\$105,8 milhões no ano, referentes à: Receita de R\$45,4 milhões referente à apuração de avaliação de compra vantajosa da Dajahu no Equador; Receita de R\$34,1 milhões referente à descontos obtidos em renegociações de dívidas da Café Bom Dia (em Recuperação Judicial - aquisição concluída em dezembro de 2021); e Receita de R\$26,3 milhões diferença apurada na renegociação e parcelamento de impostos da Café Bom Dia.

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R\$809,8 milhões no ano (aumento de 2,9% em relação ao exercício anterior) com margem de 9,0% (diminuição de 1,6 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Resultado Financeiro Líquido (Somatório de Despesas Financeiras e Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$127,6 milhões no ano vs. R\$85,0 milhões em 2020 (aumento de 50,1% em relação ao exercício anterior), principalmente, em função de juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social atingiu despesa de R\$30,6 milhões no ano (vs. R\$74,5 milhões positivos em 2020). O impacto se deu, principalmente, pelo reconhecimento da reversão do IRPJ e da CSLL diferidos calculados sobre os juros SELIC contabilizados nos exercícios de 2015 a 2021 no montante de R\$25,6 milhões. Esse resultado se deu em função do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2021, julgar o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema 962), declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os juros de mora e correção monetária atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição dos indébitos tributários.

Lucro Líquido do Exercício

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R\$478,7 milhões no ano (aumento de 3,5% em relação ao exercício anterior) com margem de 5,3% (diminuição de 0,9 pontos percentuais). O Lucro por Ação atingiu R\$1,29 (aumento de 3,5% em relação ao exercício anterior) no ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação entre os exercícios sociais de 2019 e 2020**

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2019		Exercício social de 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	5.396,1	100,0	7.466,0	100,0	38,4
Custo das vendas e serviços	(4.145,3)	(76,8)	(5.805,0)	(77,8)	40,0
Lucro bruto	1.250,8	23,2	1.661,0	22,2	32,8
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas.....	(643)	(12)	(701)	(9)	9
Despesas gerais e administrativas	(312)	(6)	(361)	(5)	16
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(1)	-	112
Outras receitas (despesas) operacionais	3	-	25	0	884
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	298,20	5,50	622,20	8,30	108,60
Despesas financeiras.....	(189,30)	(3,50)	(363,20)	(4,90)	91,90
Receitas financeiras.....	127,20	2,40	278,20	3,70	118,60
Resultado antes dos impostos	236,10	4,40	537,20	7,20	37,00
Imposto de renda e contribuição social	3,50	0,10	(74,50)	(1,00)	n/c
Lucro líquido do exercício	239,60	4,40	462,70	6,20	93,10

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 38,4%, de R\$5.396,1 milhões em 2019 para R\$7.466,0 milhões em 2020, em razão do crescimento da receita líquida de vendas e serviços tanto no Segmento Alimentício Brasil, quanto no Segmento Alimentício Internacional.

Segmento Alimentício Brasil. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 36,8%, de R\$3.914,8 milhões em 2019 para R\$5.354,4 milhões em 2020. O resultado foi impulsionado pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 750,4 mil tons no ano (aumento de 1,0% em relação ao exercício anterior). O resultado foi afetado pelo crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder. Com o crescimento no volume registrado no início do exercício de 2020, observamos uma redução de vendas a partir do segundo semestre do ano, com a regularização dos estoques de clientes e varejistas.

O preço médio de aquisição da matéria-prima⁴ atingiu R\$80,05/saca (aumento de 77,1% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$3,67/kg (aumento de 46,3% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$3,24/kg no ano (aumento de 46,8% em relação ao exercício anterior). Vale destacar que a partir do segundo trimestre ocorreu aumento no custo da matéria-prima e, mesmo diante deste cenário, foi possível repassar preços ao mercado durante o ano, mantendo a rentabilidade da categoria em linha com patamares históricos registrados pela Companhia. Mesmo com alta volatilidade de preços da categoria, a Companhia foi bem-

⁴ Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sucedida em suas vendas com crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder no ano.

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 94,2 mil toneladas no ano (aumento de 2,1% em relação ao exercício anterior). Mesmo com alta volatilidade de preços da categoria, a Companhia foi bem-sucedida em suas vendas com crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder no ano.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁵, o preço médio de feijão do mercado atingiu R\$254,08/saca (aumento de 31,7% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$6,13/kg (aumento de 37,4% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$5,71/kg (aumento de 38,5% em relação ao exercício anterior).

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu 556,0 mil toneladas (aumento de 7,8% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca líder e crescimento de ocupação no ano.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁶, o preço médio de açúcar do mercado atingiu e R\$89,57/saca (aumento de 33,9% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$2,47/kg (aumento de 11,9% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$2,16/kg (aumento de 13,4% em relação ao exercício anterior). Ressaltamos que o aumento do custo da matéria-prima no período e cenário competitivo gerou dificuldade de repasse integral do aumento de custos aos preços da categoria.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 37 mil toneladas no ano, diminuição de 5,4% em relação ao exercício anterior. O resultado foi ocasionado pela redução de vendas da marca líder Coqueiro e parcialmente compensado pelo crescimento de vendas da marca de ocupação (Pescador). Esse resultado ocorreu, principalmente, pela dificuldade de origem de sardinha no exercício, fruto da dificuldade de importação da matéria-prima nos mercados exportadores pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

O preço bruto atingiu R\$23,05/kg (aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$18,33/kg (aumento de 17,5% em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 42,6%, de R\$1.481,3 milhões em 2019 para R\$2.111,6 milhões em 2020. Esse aumento foi impulsionado pelas operações do Uruguai, Chile e Peru, conforme detalhado abaixo:

Uruguai. O volume das vendas atingiu 504,7 mil toneladas no ano, crescimento de 9,4% frente a 2019. O crescimento no volume de vendas

⁵ Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

⁶ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

anual se deu pela maior disponibilidade de matéria-prima, com concentração das vendas no primeiro semestre de 2020. O preço bruto em US\$ por tonelada atingiu 508,60 (aumento de 5,8% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$2,74/kg (aumento de 40,3% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/US\$) aumentou em 26,3% em 2020 vs. 2019.

Chile. O volume das vendas atingiu 82,6 mil tons (diminuição de 1,9% em relação ao exercício anterior) no ano. O cenário no trimestre e no ano foi impactado por ações frente a Covid-19, com congelamento de preços de determinados produtos no ponto de venda, incluindo arroz. O preço bruto em CLP (peso chileno) por tonelada atingiu 1.166,16 (aumento de 17,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$7,95/kg (aumento de 43,3% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ CLP) variou em redução de 18,3% em 2020.

Peru. O volume das vendas atingiu 90,3 mil tons (aumento de 1,6% em relação ao exercício anterior) no ano. No ano a recuperação de vendas foi impulsionada pelo aumento do número de pontos de vendas e consumo de arroz empacotado no início da pandemia. O preço bruto em SOL (moeda peruana) por tonelada atingiu 4.493,95 (aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$6,77/kg (aumento de 835,4% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ SOL) aumentou em 14,0% em 2020.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R\$5.805,0 milhões (aumento de 40,0% em relação ao exercício anterior), ou 77,8% da receita líquida, principalmente, devido ao:

Segmento Alimentício Brasil: crescimento dos custos das vendas e serviços do Brasil, que atingiu R\$4.256,5 milhões (aumento de 39,3% em relação ao exercício anterior), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado de arroz (R\$80,05/saca; aumento de 77,1% em relação ao exercício anterior), feijão (R\$254,08/saca; aumento de 31,7% em relação ao exercício anterior), açúcar (R\$89,57/saca; aumento de 33,9% em relação ao exercício anterior) e pescados, decorrente da variação cambial que impacta o custo de aquisição da matéria-prima importada da categoria.

Segmento Alimentício Internacional: crescimento dos custos das vendas e serviços do Internacional, que atingiu R\$1.548,5 milhões (aumento de 42,0% em relação ao exercício anterior), impulsionado pelo crescimento dos custos das vendas e serviços no Uruguai, Chile e Peru, com aumento de preços no período, impacto cambial e crescimento no volume de vendas do Uruguai e Peru.

Lucro Bruto

Como resultado do crescimento da receita líquida de vendas e serviços e do crescimento do custo das vendas e serviços, o lucro bruto atingiu R\$1.661,0 milhões (aumento de 32,8% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 22,2% (redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Brasil. O lucro bruto atingiu R\$1.097,9 milhões (aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

27,6% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 20,5% (redução de 1,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. O lucro bruto atingiu R\$563,1 milhões (aumento de 44,1% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 26,7% (aumento de 0,3 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$1.062,1 milhões no ano (aumento de 11,3% em relação ao exercício anterior), equivalente a 14,2% da receita líquida (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) no ano. O crescimento no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Internacional (aumento de 37,5% em relação ao exercício anterior) em função do aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas no Uruguai, Chile e Peru, também fruto do impacto cambial no período. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Brasil (aumento de 0,5% em relação ao exercício anterior), decorrente do crescimento das despesas gerais e administrativas do ano, parcialmente compensado pela queda das despesas com vendas no período.

Vale destacar que a redução da representatividade das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na receita líquida do ano (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto dos esforços realizados para redução de despesas e diluição das despesas com o aumento do faturamento da Companhia no exercício de 2020.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R\$701,2 milhões no ano (aumento de 9,1% em relação ao exercício anterior), ou 9,4% da receita líquida do ano (redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), devido ao crescimento das despesas com vendas do Internacional (aumento de 40,9% em relação ao exercício anterior), parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas no Brasil (redução de 4,8% em relação ao exercício anterior).

As despesas com vendas do Brasil apresentaram diminuição de 4,8% em relação ao exercício anterior, representando 8,0% da receita líquida do ano (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função da diminuição das despesas de fretes, promotores/repositores e propaganda e publicidade, com menor volume de vendas no período. As despesas com vendas do Internacional apresentaram aumento de 40,9% em relação ao exercício anterior, representando 13,0% da receita líquida do ano (redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do aumento das despesas com vendas do Uruguai, com crescimento do volume no período, crescimento de despesas com vendas no Chile decorrente de vendas de produtos de alto valor agregado, e aumento de despesas de vendas no Peru, com aumento de fretes. O internacional também foi impulsionado pelo impacto cambial no período.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$360,9 milhões no ano (aumento de 15,8% em relação ao exercício anterior), ou 4,8% da receita líquida do ano (redução de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), principalmente devido ao crescimento das despesas do Internacional (aumento de 29,3% em relação ao exercício anterior) e das despesas do Brasil (aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior).

As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 10,9% em relação ao exercício anterior, representando 4,7% da receita líquida do ano (redução de 1,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). O crescimento se deu, principalmente, pelo aumento com despesas de pessoal, programa de participação de resultados e *stock option*. O crescimento do período foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentou crescimento de 29,3% em relação ao exercício anterior, ou 5,1% da receita líquida do ano (diminuição de 0,5 pontos percentuais) impulsionadas pelo crescimento das despesas no Uruguai, Chile e Peru, decorrente do impacto cambial do período, gastos decorrentes do combate à pandemia da Covid-19 e incremento de despesas com marketing no Chile e Peru.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$24,6 milhões no ano (vs. R\$2,5 milhões em 2019), decorrente de reconhecimento da exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL e créditos extemporâneos de PIS e COFINS.

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R\$787,0 milhões no ano (aumento de 6,5% em relação ao exercício anterior) com margem de 10,5% (aumento de 2,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Resultado Financeiro Líquido (Somatório de Despesas Financeiras e Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$85,0 milhões no ano vs. R\$62,1 milhões em 2019 (aumento de 37,0% em relação ao exercício anterior), principalmente, em função de juros sobre financiamentos e reconhecimento de outras despesas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social atingiu despesa de R\$74,5 milhões no ano (vs. R\$3,5 milhões positivos em 2019). O resultado foi impactado pelo crescimento da base de cálculo frente ao aumento do faturamento da Companhia, compensado pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de JCP no período.

Lucro Líquido do Exercício

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R\$462,7 milhões no ano (aumento de 93,1% em relação ao exercício anterior) com margem de 6,2% (aumento de 1,8 pontos percentuais).

O Lucro por Ação atingiu R\$1,25 (aumento de 93,1% em relação ao exercício anterior) no ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanço Patrimonial****Comparação entre as posições em 2020 e 2021**

Balanco Patrimonial	Em 2020		Em 2021		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.082,0	17,5	1.596,4	20,1	47,5
Aplicações financeiras.....	32,9	0,5	33,7	0,4	2,4
Contas a receber de clientes	945,1	15,3	1.212,4	15,3	28,3
Adiantamento a fornecedores	4,9	0,1	24,5	0,3	399,8
Estoques	1.456,8	23,6	1.646,7	20,8	13,0
Instrumentos Financeiros – Derivativos.....	1,1	0,0	0,5	0,0	-53,8
Tributos a recuperar	145,6	2,4	195,0	2,5	34,3
Partes relacionadas	43,4	0,7	12,4	0,2	-71,4
Despesas do exercício seguinte .	16,7	0,3	12,7	0,2	-24,0
Bens destinados à venda.....	38,3	0,6	46,6	0,6	21,6
Outros créditos	37,2	0,6	48,2	0,6	29,9
Total do ativo circulante	3.804,0	61,7	4.829,1	60,9	27,0
Não circulante					
Impostos a recuperar	205,2	3,3	189,8	2,4	-7,5
Adiantamento a fornecedores	1,9	0,0	-	0,0	-100,0
Estoques.....	53,1	0,9	44,5	0,6	-16,3
Partes relacionadas.....	-	-	71,0	0,9	100
Depósitos judiciais.....	8,0	0,1	9,8	0,1	21,8
Outros créditos	0,4	0,1	10,8	0,1	2689,6
	268,6	4,4	325,7	4,1	21,3
Investimentos	38,1	0,6	34,7	0,4	-8,7
Imobilizado	1.170,5	19,0	1.595,5	20,1	36,3
Intangível	717,7	11,6	984,9	12,4	37,2
Ativo de direito de uso.....	167,9	2,8	161,0	2,0	-4,1
Total do ativo não circulante....	2.362,8	38,3	3.101,9	39,1	31,3
Total do ativo	6.166,8	100,0	7.931,0	100,0	28,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em 2020		Em 2021		AH
	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	673,6	10,9	1.101,0	13,9	63,5
Empréstimos e financiamentos	339,9	5,5	531,5	6,7	56,4
Instrumentos financeiros	342,2	5,6	68,5	0,9	-80,0
Debêntures	21,0	0,3	23,2	0,3	10,6
Passivo de arrendamento	23,7	0,4	11,6	0,1	-51,0
Adiantamento de clientes	21,7	0,4	20,7	0,3	-4,9
Partes relacionadas	49,4	0,8	38,8	0,5	-21,6
Obrigações sociais	6,4	0,1	7,7	0,1	0,0
Tributos a recolher	34,9	0,6	47,9	0,6	39,1
Provisão para férias e encargos	48,0	0,8	53,0	0,7	10,5
Programa de parcelamento especial	8,4	0,1	9,7	0,1	15,5
Outras contas a pagar	31,6	0,5	51,1	0,6	61,8
Total do passivo circulante	1.600,8	26,0	1.964,7	24,8	22,8
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	569,9	9,2	473,7	6,0	-16,9
Debêntures	943,2	15,3	2.190,1	27,6	132,2
Passivo de arrendamento	148,3	2,4	143,1	1,8	-3,5
Programa de parcelamento especial	8,1	0,1	25,1	0,3	212,0
Tributos diferidos	113,3	1,8	103,0	1,3	-9,1
Provisão para demandas judiciais	24,9	0,4	46,2	0,6	85,9
Contas a pagar.....	-	-	77,6	1,0	80,8
Outras contas a pagar	49,6	0,9	28,5	6,0	330,6
Total do passivo não circulante	1.857,3	30,1	3.087,3	38,9	66,2
Total do patrimônio líquido	2.708,7	43,9	2.879,0	36,3	28,6
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.166,8	100,0	7.931,0	100,0	100,0

Ativos**Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 47,5% ou R\$514,4 milhões, passando de R\$1.082,0 milhões em 2020 para R\$1.596,4 milhões em 2021. O internacional reduziu 5,43% ou R\$20,0 milhões, passando de R\$269,2,5 milhões em 2020 para R\$349,1 milhões em 2021. No Brasil, o aumento foi de R\$839,2 milhões, passando de R\$408,0 milhões em 2020 para R\$1.247,2 milhões em 2021. Esse aumento foi devido, principalmente, pela captação de R\$ 1.250 bilhões referentes à 10ª e 11ª emissão de debêntures ocorridas em 2021 e compensados parcialmente pela liquidação de empréstimos, liquidação da 2ª série da 6ª emissão de debentures e da 7ª emissão de debêntures, pelo pagamento de R\$70 milhões de juros sobre capital próprio e R\$ 61,3 milhões pelo programa de recompra de ações.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 2,4% ou R\$0,8 milhões, passando de R\$32,9 milhões em 2020 para R\$33,7 milhões em 2021. Esse aumento refere-se à atualização financeira pelo CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Contas a Receber de Clientes*

As contas a receber de clientes aumentaram 28,3% ou R\$267,3 milhões, passando de R\$945,1 milhões em 2020 para R\$1.212,4 milhões em 2021. O internacional aumentou em 47,3% ou R\$150,6 milhões, passando de R\$318,6 milhões em 2020 para R\$469,2 milhões em 2021 e no Brasil de R\$116,6 milhões, passando de R\$626,4 milhões em 2020 para R\$743,1 milhões em 2021. Esse aumento foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia durante o exercício e aquisição do negócio de arroz no Equador e Massas e Cafés no Brasil.

Estoques

Os estoques aumentaram 12,0% ou R\$181,3 milhões, passando de R\$1.509,9 milhões em 2020 para R\$1.691,2 milhões em 2021. Esse aumento se deu principalmente pelo aumento do custo da matéria-prima e insumos para garantir o abastecimento durante o período da pandemia do Covid-19 e aquisição do estoque dos negócios de arroz no Equador e dos negócios de Massas e Cafés no Brasil.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em 9,8% ou R\$34,4 milhões, passando de R\$350,4 milhões em 2020 para R\$384,8 milhões em 2021. Este aumento refere-se substancialmente ao reconhecimento de créditos extemporâneos referentes a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS e do reconhecimento de créditos de IR e CS referente ao indébito da Selic. Os referidos créditos estão segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 92,1% ou R\$40,0 milhões, passando de R\$43,4 milhões em 2020 para R\$83,4 milhões em 2021, em consequência da aquisição da Climuy, compensados parcialmente pela redução no saldo da Galofer S.A.

Investimentos

O saldo da conta investimentos reduziu 8,7% ou R\$3,3 milhões, passando de R\$38,0 milhões em 2020 para R\$34,7 milhões em 2021, em consequência a equivalência patrimonial das subsidiárias da SAMAN.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 36,3% ou R\$425,0 milhões, passando de R\$1.170,5 milhões em 2020 para R\$1.595,5 milhões em 2021. A maior parte da variação foi no Brasil devido as aquisições dos negócios de Massas e Cafés. No internacional a variação é devido a aquisição dos negócios de Arroz no Equador. Além desses fatores continuamos com investimentos de produtividade em nossas plantas tanto no Brasil como no Internacional.

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O intangível aumentou 37,2% ou R\$267,2 milhões, passando de R\$717,7 milhões em 2020 para R\$984,9 milhões em 2021. A maior parte da variação foi no Brasil com a aquisição da marca Selete e com a aquisição da Pastificio Santa Amália e Café Bom Dia. No internacional a variação foi relacionada a aquisição dos negócios de arroz no Equador.

Passivos***Fornecedores***

O saldo de fornecedores aumentou 63,5% ou R\$427,4 milhões, passando de R\$673,6 milhões em 2020 para R\$1.101,1 milhões em 2021. O aumento deve-se principalmente pelas aquisições no Brasil e Equador e também em decorrência de contratos que buscam garantir o fornecimento de matéria prima com custo de aquisição competitivo.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 10,5% ou R\$95,3 milhões, passando de R\$900,9 milhões em 2020 para R\$1.005,2 milhões em 2021. Esta variação deve-se principalmente a captação de novos empréstimos de capital de giro realizadas durante o exercício.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou em 75,7% ou R\$973,0 milhões, passando de R\$1.285,5 milhões em 2020 para R\$2.258,5 milhões em 2021. Este aumento é decorrente da emissão da 10ª decima e 11ª decima primeira emissão de debentures. Os recursos líquidos captados pela Camil com a emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente para reforço de capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamentos reduziram em 1,8% ou R\$ 3,0 milhões, passando de R\$ 169,3 milhões em 2020 para R\$ 166,3 milhões em 2021. Esta variação é um movimento regular na condução usual dos negócios.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 39,1% ou R\$13,4 milhões, passando de R\$34,5 milhões em 2020 para R\$47,9 milhões em 2021. Este aumento deve-se principalmente à redução dos incentivos fiscais na controlada SAMAN.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial aumentou em 111,8% ou R\$18,4 milhões, passando de R\$16,4 milhões em 2020 para R\$34,8 milhões em 2021. Este aumento advém do programa de parcelamento especial do investimento do Café Bom Dia.

Tributos Diferidos

Os saldos dos tributos diferidos reduziram 9,1% ou R\$10,3 milhões, passando de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$113,3 milhões em 2020 para R\$103,0 milhões em 2021. A variação decorre principalmente da variação cambial referente as controladas no exterior e do imposto diferido provisionado sobre a compra vantajosa no ajuste a valor justo na combinação de negócios do Equador.

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2021, mantendo o saldo de R\$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Capital

As reservas de capital aumentaram em 39,7% ou R\$3,8 milhões, passando de R\$9,5 milhões em 2020 para R\$13,3 milhões em 2021. Essa variação deu-se pela constituição de provisão referente ao programa de opção de ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram em 35,7% ou R\$386,9 milhões, passando de R\$1.083,9 milhões em 2020 para R\$1.470,8 milhões em 2021. Essa variação é devida, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2021 de R\$478,7 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio, dividendos e constituição de reserva de incentivo fiscal.

Ações em tesouraria

Durante o exercício de 2021 a Companhia iniciou e finalizou o 5º e 6º programas de recompra de ações até o final do exercício foram recompradas 6.279.900 de ações (incluindo o saldo final do 4º programa, finalizado no ano de 2021) totalizando o montante de R\$61,3 milhões.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes reduziu em 22,1% ou R\$159,3 milhões, passando de R\$721,7 milhões em 2020 para R\$562,4 milhões em 2021, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

patrimonial sobre as controladas do exterior.

Comparação entre as posições em 2019 e 2020

Balanco Patrimonial	Em 2019		Em 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	537,8	11,2	1.082,0	17,5	101,2
Aplicações financeiras.....	32,3	0,7	32,9	0,5	2,0
Contas a receber de clientes	725,3	15,1	945,1	15,3	30,3
Adiantamento a fornecedores	7,1	0,1	4,9	0,1	(30,8)
Estoques	1.152,8	24	1.456,8	23,6	26,4
Instrumentos Financeiros –					
Derivativos.....	0,6	0,0	1,1	0,0	89,1
Tributos a recuperar	119,4	2,5	145,6	2,4	21,9
Partes relacionadas	43,8	0,9	43,4	0,7	(0,8)
Despesas do exercício seguinte .	15,3	0,3	16,7	0,3	9,3
Adiantamento de juros sobre capital próprio....	6,8	0,1	-	0,0	(100,0)
Bens destinados à venda.....	38,3	0,8	38,3	0,6	0,0
Outros créditos	20,7	0,4	37,2	0,6	79,5
Total do ativo circulante	2.700,2	56,1	3.804,0	61,7	40,9
Não circulante					
Impostos a recuperar	241,6	5,0	205,2	3,3	(15,1)
Adiantamento a fornecedores	1,8	0,0	1,9	0,0	0,7%
Estoques.....	54,8	1,1	53,1	0,9	(3,1)
Depósitos judiciais.....	8,3	0,2	8,0	0,1	(3,5)
Outros créditos	2,1	0,1	0,4	0,1	(81,8)
	308,6	6,4	268,6	4,4	(13,0)
Investimentos	33,0	0,8	38,1	0,6	15,4
Imobilizado	1.011,7	21,0	1.170,5	19,0	15,7
Intangível.....	665,7	13,8	717,7	11,6	7,8
Ativo de direito de uso.....	90,2	1,9	167,9	2,8	86,0
Total do ativo não circulante....	2.109,2	43,9	2.362,8	38,3	12,0
Total do ativo	4.809,4	100,0	6.166,8	100,0	28,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em 2019		Em 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	517,3	10,8	673,6	10,9	30,2
Empréstimos e financiamentos ...	123,6	2,6	339,9	5,5	174,9
Instrumentos financeiros	-	0,0	342,2	5,6	(21,7)
Debêntures.....	437,0	9,1	21,0	0,3	(19,1)
Passivo de arrendamento	26,0	0,5	23,7	0,4	87,3
Adiantamento de clientes	12,6	0,3	21,7	0,4	419,2
Partes relacionadas.....	4,2	0,1	49,4	0,8	92,2
Obrigações sociais	25,7	0,5	6,4	0,1	0,0
Tributos a recolher.....	14,9	0,3	34,9	0,6	133,4
Provisão para férias e encargos .	40,7	0,8	48,0	0,8	17,9
Programa de parcelamento especial	8,5	0,2	8,4	0,1	(1,0)
Outras contas a pagar.....	34,3	0,7	31,6	0,5	(7,9)
Total do passivo circulante	1.244,8	25,9	1.600,8	26,0	28,6
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos ...	115,8	2,4	569,9	9,2	392,3
Debêntures.....	926,5	19,3	943,2	15,3	1,8
Passivo de arrendamento	65,5	1,4	148,3	2,4	126,5
Programa de parcelamento especial	16,4	0,3	8,1	0,1	(51,0)
Tributos diferidos	101,2	2,1	113,3	1,8	12,0
Provisão para demandas judiciais.....	42,2	0,9	24,9	0,4	(41,2)
Outras contas a pagar.....	47,6	0,1	49,6	0,9	4,1
Total do passivo não circulante	1.315,2	27,3	1.857,3	30,1	41,2
Total do patrimônio líquido	2.249,4	46,8	2.708,7	43,9	20,4
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	4.809,4	100,0	6.166,8	100,0	28,2

Ativos*Caixa e Equivalentes de Caixa*

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 101,2% ou R\$544,2 milhões, passando de R\$537,8 milhões em 2019 para R\$1.082,0 milhões em 2020. O internacional aumentou 85,52% ou R\$110,04 milhões, passando de R\$129,1 milhões em 2019 para R\$239,5 milhões em 2020, em decorrência do aumento de vendas e efeito do aumento do câmbio no saldo das controladas. No Brasil, o aumento foi de R\$304,7 milhões, passando de R\$405,6 milhões em 2019 para R\$710,3 milhões em 2020. Esse aumento foi devido, principalmente, pela captação de R\$ 350 milhões referentes à 9ª emissão de debêntures em setembro/20 e R\$500 milhões de Capital de Giro captados ao longo do exercício, compensados parcialmente pela liquidação de empréstimos, liquidação da 6ª emissão de debentures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/2020, pelo pagamento de R\$65 milhões de Juros sobre capital próprio e R\$150 milhões de dividendos e R\$ 44,5 milhões pelo programa de recompra de ações.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 2,0% ou R\$0,6 milhões, passando de R\$32,3

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 2019 para R\$32,9 milhões em 2020. Esse aumento refere-se à atualização financeira pelo CDI.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 30,3% ou R\$219,8 milhões, passando de R\$725,3 milhões em 2019 para R\$945,1 milhões em 2020. O internacional aumentou em 43,6% ou R\$97,0 milhões, passando de R\$222 milhões em 2019 para R\$319,0 milhões em 2020 e no Brasil de R\$122,9 milhões, passando de R\$503,3 milhões em 2019 para R\$626,0 milhões em 2020. Esse aumento foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia durante ao exercício.

Estoques

Os estoques aumentaram 23,3% ou R\$302,3 milhões, passando de R\$1.207,6 milhões em 2019 para R\$1.509,9 milhões em 2020. Esse aumento se deu principalmente para ligada a matéria-prima e insumos para garantir o abastecimento durante o período da pandemia do Covid-19.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar reduziram em 2,82% ou R\$10,2 milhões, passando de R\$361,0 milhões em 2019 para R\$350,8 milhões em 2020. Esta diminuição refere-se ao consumo dos créditos reconhecidos pela Companhia em exercícios anteriores. Os referidos créditos estão segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas reduziram 80,5% ou R\$0,4 milhões, passando de R\$43,8 milhões em 2019 para R\$43,4 milhões em 2020, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai e baixa do adiantamento de juros sobre capital próprio no Brasil.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 15,4% ou R\$5,0 milhões, passando de R\$33 milhões em 2019 para R\$38 milhões em 2020, em consequência a equivalência patrimonial das subsidiárias da SAMAN.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 15,7% ou R\$158,8 milhões, passando de R\$1.011,7 milhões em 2019 para R\$1.170,5 milhões em 2020. A maior parte da variação deu-se no Brasil pelas obras de ampliação da capacidade de recebimento e secagem de arroz além do aumento da produtividade das unidades, no Estado do Rio Grande do Sul, investimentos da nova unidade Osasco. O internacional aumentou 20,6% ou R\$70,9 milhões, passando de R\$344,4 milhões em 2019 para R\$415,3 milhões em 2020 devido movimento de aquisições e variação cambial em todas as controladas do exterior.

Intangível

O intangível aumentou 7,8% ou R\$52,0 milhões, passando de R\$665,7 milhões em 2019 para R\$717,7 milhões em 2020. A maior parte da variação deu-se no Brasil com projetos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

corporativos de tecnologia, incluindo a conclusão da implementação do novo sistema de Vendas (SFA), sistema de Business Intelligence (BI) e novo sistema de Suprimentos (Ariba).

Passivos***Fornecedores***

O saldo de fornecedores aumentou 30,2% ou R\$156,3 milhões, passando de R\$517,3 milhões em 2019 para R\$673,6 milhões em 2020. O aumento deve-se principalmente pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima no Brasil e Internacional.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 567,1% ou R\$670,4 milhões, passando de R\$239,4 milhões em 2019 para R\$909,9 milhões em 2020. Esta variação deve-se principalmente a captação de novos empréstimos de giro realizadas durante o exercício.

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu em 20% ou R\$78,1 milhões, passando de R\$1.363,5 milhões em 2019 para R\$1.285,4 milhões em 2020. Esta redução deve-se à liquidação da 6ª emissão de debêntures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/2020 compensado pela captação referente à 9ª emissão de debêntures em setembro/20.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamentos aumentaram em 107,4% ou R\$ 77,9 milhões, passando de R\$ 91,4 milhões em 2019 para R\$ 169,3 milhões em 2020. Este aumento deve-se principalmente ao contrato de aluguel referente a nova unidade Osasco.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 133,4% ou R\$20 milhões, passando de R\$14,9 milhões em 2019 para R\$34,9 milhões em 2020. Este aumento deve-se principalmente pela redução dos incentivos fiscais na controlada SAMAN.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial diminuiu em 52,1% ou R\$8,4milhões, passando de R\$24,9 milhões em 2019 para R\$16,4 milhões em 2020. Esta diminuição deve-se pela reclassificação liquidação das parcelas no exercício.

Tributos Diferidos

Os saldos dos tributos diferidos aumentaram 12% ou R\$12,1 milhões, passando de R\$101,2 milhões em 2019 para R\$113,3 milhões em 2020. A variação decorre principalmente da variação cambial referente as controladas no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Patrimônio Líquido***

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2020, mantendo o saldo de R\$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Capital

As reservas de capital aumentaram em 85,75% ou R\$4,4 milhões, passando de R\$5,1 milhões em 2019 para R\$9,5 milhões em 2020. Essa variação deu-se pela constituição de provisão referente ao programa de opção de ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram em 24,5% ou R\$213,4 milhões, passando de R\$871 milhões em 2019 para R\$1.084 milhões em 2020. Essa variação deu-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2020 de R\$462,7 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio, dividendos, constituição de reserva de incentivo fiscal.

Ações em tesouraria

Durante o exercício de 2020 a Companhia iniciou o 4º programa de recompra de ações até o final do exercício foram recompradas 3.720.100 ações totalizando o montante de R\$44,5 milhões.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 65,6% ou R\$286 milhões, passando de R\$435,7 milhões em 2019 para R\$721,7 milhões em 2020, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

patrimonial sobre as controladas do exterior.

Demonstração do Fluxo de Caixa***Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2020 e 2021***

	Exercício social de 2020	Exercício social de 2021	AH%
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	473,0	485,6	2,7
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(213,7)	(595,2)	178,5
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	245,9	678,2	175,8
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	39,2	-54,2	(238,3)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2020 e 2021, foi de R\$473,0 milhões e R\$485,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$12,6 milhões ou 2,7%.

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social de 2020 foi de R\$213,7 milhões e caixa líquido aplicado em 2021 foi de R\$595,2 milhões, com aumento de R\$381,5 milhões devido, principalmente ao pagamento por combinação de negócios realizados no período de 2021.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2020 foi de R\$245,9 milhões e em 2021 foi de R\$678,2 milhões, representando um aumento de R\$432,3 milhões. Isso é devido, principalmente (i) conclusão da 10ª e 11ª emissões de debêntures (ii) pagamento juros sobre capital próprio de dividendos; e (iii) aquisição de ações em tesouraria.

Demonstração do Fluxo de Caixa***Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2019 e 2020***

	Exercício social de 2019	Exercício social de 2020	AH%
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	499,9	473,0	(5,4)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(135,6)	(213,7)	57,6
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(202,1)	245,9	(221,7)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	10,2	39,2	(284,3)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2019 e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2020, foi de R\$499,9 milhões e R\$473 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$26,8 milhões ou 5,4%. A redução deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R\$ 473,1 milhões no exercício de 2020 comparado à diminuição de R\$7,7 milhões no exercício social de 2019.

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no exercício social de 2019 foi de R\$135,6 milhões e caixa líquido aplicado em 2020 foi de R\$213,7 milhões, com aumento de R\$78,4 milhões devido, principalmente às adições em imobilizado no valor de R\$194,3 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2019 foi de R\$202,1 milhões negativos e em 2020 R\$245,9 milhões positivos, representando um aumento de R\$447,9 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao maior volume de captações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$1.154,7 milhões, compensado pelas liquidações da 6ª emissão de debêntures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/ (ii) pagamento juros sobre capital próprio de dividendos; e (iii) aquisição de ações em tesouraria.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita líquida de vendas e serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes redes atacadistas, varejistas de alimentos, e em menor escala redes de *food service* e tradings de nossos produtos. Adicionalmente, nossa receita líquida de vendas e serviços é composta por: (i) Alimentício Brasil: compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos (arroz, feijão, outros grãos), pescados enlatados, massas, café, açúcar e produtos de alto valor agregado; (ii) Alimentício Internacional: compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador de produtos e serviços, em mercado local e exportações, principalmente na categoria de grãos; e (iii) Outras Receitas decorrentes de geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz, prestação de serviços de secagem de grãos, irrigação e armazenamento e prestação de serviço de logística.

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia consolidada, no exercício social de 2021 totalizou R\$9.015,9 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R\$7.466,0 e R\$5.396,1 milhões, respectivamente.

No exercício social de 2021, as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Brasileiro representaram 74,6% da nossa receita líquida de vendas e serviços, enquanto as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Internacional representaram 25,4%.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Comentários sobre as variações dos resultados operacionais são feitos acima na seção 10.1 - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia consolidada, no exercício social de 2021 totalizou R\$9.015,9 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R\$7.466,0 e R\$5.396,1 milhões, respectivamente.

Comentários sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, volumes, câmbio ou introdução de novos produtos e serviços são feitos acima na seção 10.1 - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil, onde há uma parte significativa de nossas operações, como também no Uruguai, Chile, Peru e Equador. Somos afetados principalmente pela oscilação nos preços dos principais insumos, inflação, variação da taxa de câmbio do real em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Caso haja uma desvalorização do real frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(i) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que em 2019 e 2020 não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia. Em 2021, a Companhia iniciou a operação dos segmentos de massas e cafés no Brasil, conforme descrito abaixo.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 20 de dezembro de 2021, foi concluído após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimentos e Outras Avenças celebrado, o investimento realizado na Café Bom Dia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Café Bom Dia”) e Agro Coffee Comércio Importação e Exportação Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Agro Coffee” e, em conjunto com a Café Bom Dia “Sociedades”). Como resultado, a Camil Alimentos passou a ser a acionista controladora das Sociedades. O ativo conta com uma planta industrial em Varginha (MG), utilizada para operacionalizar a atuação da Companhia na categoria de café com suas outras marcas, União e Seletto, além das marcas da Café Bom Dia. O investimento representa um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias da Camil no Brasil.

Em 29 de outubro de 2021, foi concluída a aquisição, pela Camil Alimentos, da Pastifício Santa Amália S.A. (“Santa Amália”). A aquisição da Santa Amália inaugura a entrada da Companhia no mercado de massas no Brasil. Com liderança no estado de Minas Gerais (MG) e marcas de destaque na categoria, a aquisição representa um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias e expansão geográfica da Camil no Brasil.

Em 15 de setembro de 2021, a controlada Camilatam Ecuador S.A.S da Camil Alimentos S.A. concluiu a aquisição dos negócios de produção e processamento de arroz, inaugurando sua entrada no mercado equatoriano com a empresa de produção e processamento de arroz Agroindustrias Dajahu S.A. (“Dajahu”) e a totalidade das ações de emissão da companhia Transportes Ronaljavhu S.A. (“Operação”) no Equador.

Os Diretores da Companhia informam que não há nos últimos três exercícios sociais constituição, aquisição ou alienação de outras participações societárias com efeitos relevantes que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os principais eventos não recorrentes ocorridos nos últimos três exercícios foram citados na seção 10.1, item h, nas análises das rubricas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os diretores devem comentar:****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis e**

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, as novas normas contábeis, a seguir citadas, não impactaram substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia fez uma análise da revisão das normas CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro / CPC 15 (R1) - Definição de negócios e Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material e não houve impactos significativos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais findos em 28 de fevereiro de 2021 e 28 de fevereiro de 2022 o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 os auditores independentes incluíram um parágrafo de ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes nas demonstrações de fluxos de caixa, em decorrência da exclusão dos valores oriundos da aquisição de combinação de negócios da SLC Alimentos Ltda., os valores correspondentes referentes ao exercício anterior nas demonstrações de fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Porém, tal assunto não modificou a opinião dos auditores independentes ao fato de que as demonstrações financeiras apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 29 de fevereiro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos e estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Nossas demonstrações financeiras contêm, portanto, diversas estimativas contábeis. Apesar de revisarmos periodicamente as estimativas contábeis que utilizamos na elaboração das nossas demonstrações financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de nossas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhes são inerentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço publicado, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ou amortizados.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que todos os ativos e passivos detidos Companhia estão registrados no balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores da Companhia informam, que os itens mencionados no item 10.6 não alteram ou poderão vir a alterar as demonstrações financeiras.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, 2021, 2020 e 2019, a Companhia realizou investimentos de R\$136 milhões, R\$197 milhões e R\$1.092 milhões, respectivamente. Em 2021, os investimentos contemplaram, principalmente, a Aquisições do período, Aquisições para migração da unidade de São Paulo (SP) para Osasco; Adequação de NRs e investimentos em Saúde e Segurança do Trabalho; Ampliação da capacidade de armazenagem e secagem; Investimentos em melhoria e eficiência industrial no Uruguai.

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos no valor de aproximadamente R\$500 milhões, representando principalmente investimentos na: (i) construção de uma nova planta de grãos da Companhia no Rio Grande do Sul; (ii) atualização, expansão de capacidade e modernização das linhas de massas e café; (iii) construção da nova termelétrica da Companhia, para geração de energia renovável por meio da biomassa com utilização da casca do arroz; (iv) manutenção e sustentação dos níveis atuais de produção; e (v) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos.

Os investimentos acima se baseiam em nossas estimativas e não em obrigatoriedade efetiva de investimento da Companhia, que pode diferir em razão de fatores variados, como indicadores macroeconômicos, licenças e priorização de outros projetos. Os investimentos citados acima também não incluem eventuais aquisições de empresas.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas, geração de caixa das atividades operacionais e recursos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes das atividades de financiamento mediante a concessão de linhas de crédito e recursos originários das atividades operacionais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data desta Proposta, os Diretores da Companhia informam que não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

(i) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não existem divulgados aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes em andamento ou previstos.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Massas e Café: Aquisições

Em 20 de dezembro de 2021, foi concluído o investimento na Café Bom Dia e Agro Coffee. O ativo conta com uma planta industrial em Varginha (MG), utilizada para operacionalizar a atuação da Companhia na categoria de café com suas outras marcas, União e Seleteo, além das marcas da Café Bom Dia. O investimento representa um importante passo para a diversificação e entrada em novas categorias da Camil no Brasil para o novo exercício iniciado em 1º de março de 2022.

Em 29 de outubro de 2021, foi concluída a aquisição, pela Camil Alimentos, da Santa Amália. A aquisição da Santa Amália inaugura a entrada da Companhia no mercado de massas no Brasil. Com liderança no estado de Minas Gerais (MG) e marcas de destaque na categoria, a aquisição representa um importante passo para a diversificação e a entrada da Camil na categoria de massas no Brasil em 2021.

Não existem outros novos produtos e serviços divulgados em andamento ou previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

* * *